



**DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

*[assinado eletronicamente]*  
**AFFONSO CÂNDIDO**  
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.jf-parana.ro.gov.br](http://eproc.jf-parana.ro.gov.br), informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

---

Docto ID: 2613313 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90072/SUPECOL/PMJP/RO/2026**  
**SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 7507/2025 – SEMUSA**

**OBJETO:** Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigenio), 04 (quatro) frascos Erlenmeyer e 04 (quatro) filtros catalisadores, a fim de atender à crescente demanda por tratamentos complementares e integrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Departamento de Atenção Básica (DAB) e do Departamento de Alta e Média Complexidade (DMAC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**  
Dia **09/07/2026 às 09:30h** (*horário de Brasília*)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**  
[www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:**  
ABERTO

**PARTICIPAÇÃO:**  
• Os itens são destinados à participação EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**  
**R\$ 59.568,00** (Cinquenta e nove mil e quinhentos e sessenta e oito reais)

**FONTE DE RECURSOS:**  
FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

10	Fundo Municipal de Saúde			
02	PODER EXECUTIVO			
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA			
10	Saúde			
10 301	Atenção Básica			
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS			
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde			
545	3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO			1.307.212,54
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal			0,00
				0,00
555	4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			110.000,00
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal			0,00
				0,00

**EDITAL:**

Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br).

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) .

**Ji-Paraná/RO, 24 de junho de 2026.**

**Edital Elaborado por:**

*[assinado eletronicamente]*

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**Responsável pela licitação:**

*[assinado eletronicamente]*

**Sônia Regina da Silva**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90072/SUPECOL/PMJP/RO/2026**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS**

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 de julho de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG:** 980005

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 7507/2025 - SEMUSA**

**1. DO OBJETO**

**1.1. Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigenio), 04 (quatro) frascos Erlenmeyer e 04 (quatro) filtros catalisadores, a fim de atender à crescente demanda por tratamentos complementares e integrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Departamento de Atenção Básica (DAB) e do Departamento de Alta e Média Complexidade (DMAC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**

**1.2. A licitação será realizada em 04 (quatro) itens, conforme tabela constante no ANEXO II, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

**1.3. Os itens do presente certame são destinados à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.**

**1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.**

**1.5. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.**

**1.6. Os licitantes, no que couber, devem apresentar catálogo dos produtos ofertados para adequada análise técnica do setor requisitante.**

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no **ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços**.

2.2. **Fica vedada** a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. **Não se aplica** ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. **Não poderão** disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.8.** O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.11.** O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.13.** A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**4.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da**



**perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

**4.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor **unitário do ITEM**;

**5.1.2.** Marca;

**5.1.3.** Fabricante;

**5.1.4.** Quantidade.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3.** Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta – Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

**5.9.** O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

**5.10.** Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.15.** **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

**6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.17.** **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

**6.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.21.2.2.** empresas brasileiras;

**6.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.22.1.** Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

**6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada,

se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens** Erro! Fonte de referência não encontrada. **e 4.6 deste edital.**

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. **Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.11. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**
- 7.13. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**8.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**8.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**8.14.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.15.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

**8.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**8.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**9.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**9.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**9.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**9.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**10.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

**10.1.2.** dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

**10.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**10.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**10.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**10.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**10.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**10.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

**11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br) - Portal da Transparência.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.1.5.** fraudar a licitação

**12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1.** advertência;
  - 12.2.2.** multa;
  - 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
  - 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
  - 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.ro](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.ro) e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

**14.11.** Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

**14.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**14.12.1.1.** *Apêndice do Termo de Referência*

**14.12.2.** ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

**14.12.3.** ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

**14.12.3.1.** *ANEXO III – A – Modelo de Declaração*

**14.12.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

**14.12.5.** ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

## **15.1. DO FORO**

**15.1.1.** As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

**Ji-Paraná/RO, 24 de junho de 2026.**

**Edital Elaborado por:**

*[assinado eletronicamente]*

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**Responsável pela licitação:**

*[assinado eletronicamente]*

**Sônia Regina da Silva**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigenio), 04 (quatro) frascos Erlenmeyer e 04 (quatro) filtros catalisadores, a fim de atender à crescente demanda por tratamentos complementares e integrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Departamento de Atenção Básica (DAB) e do Departamento de Alta e Média Complexidade (DMAC).

**1.2.** Com base no Artigo 40, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

**1.3.** Por meio do presente procedimento licitatório, pretende-se selecionar empresa(s) especializada(s) no ramo de comercialização dos materiais especificados no item 1.1 e no Anexo I deste Termo de Referência, visando à formação de **Ata de Registro de Preços**, pelo prazo de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná.

**1.3.1. Inexistência de Atas Vigentes:** Em estrito cumprimento ao **art. 12, inciso III, § 9º do Decreto Municipal nº 1.385/2024**, declara-se que foi realizada consulta prévia aos registros do Município, **não sendo constatada a existência de outras Atas de Registro de Preços vigentes** que contemplem o objeto desta contratação sob as mesmas condições, justificando-se, portanto, a abertura deste novo certame para garantir a continuidade da assistência à saúde e a economicidade administrativa.

**1.3.2.** A presente contratação refere-se à aquisição de equipamentos médico-hospitalares e acessórios destinados à implantação/fortalecimento da ozonioterapia no âmbito da SEMUSA, classificados como bem comum, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

### 1.4. Justificativa Técnica e Especificações

**1.4.1.** O objeto é classificado como bem comum, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, e atende ao planejamento de compras previsto no art. 40 da mesma Lei.

**1.5.** Será adotado o critério de julgamento menor preço por item, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

**1.6.** Estima-se que os custos para a supracitada aquisição será de R\$ 71.060,00, nos termos das pesquisas constantes sob os seguintes documentos:

- [Estudo Técnico 42 de 25/03/2026 \(ID 2548779\)](#);
- [Cotação 03 de 01/12/2025 \(ID 2232858\)](#).

**1.7.** Este Termo de Referência está fundamentado no art. 6º, inciso XXIII, alíneas **a) a j)**, da Lei nº 14.133/2021, e contempla todos os elementos legais exigidos, quais sejam:

- **a)** definição clara do objeto, sua natureza, quantitativos, prazo contratual e eventual possibilidade de prorrogação;
- **b)** fundamentação da contratação, com base em estudo técnico preliminar ou em extrato dele, se for sigiloso;
- **c)** descrição completa da solução, abarcando todo o ciclo de vida do objeto;
- **d)** critérios e requisitos técnicos da contratação;
- **e)** modelo claro de execução para garantir o alcance dos resultados pretendidos;
- **f)** forma de gestão do contrato, incluindo fiscalização e acompanhamento;
- **g)** critérios objetivos de medições de serviço ou produto e seus respectivos pagamentos;
- **h)** regras e critérios para seleção do fornecedor;
- **i)** estimativas de valor consistentes, com preços unitários, memórias de cálculo e documentação de suporte, separados e classificados;
- **j)** indicação de adequação orçamentária, em conformidade com os recursos disponíveis.

Dessa forma, o Termo atende rigorosamente aos parâmetros exigidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando clareza, transparência e respaldo técnico no processo licitatório.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** Considerando que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de itens e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades. Segundo o conceito do jurista Hely Lopes Meirelles (2011), o Sistema de Registro de Preços (SRP):

*É o conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Registro de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período de tempo, para contratações futuras de compras ou de serviços frequentes, a serem realizadas nas quantias solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação (p. 357).*

**2.2.** Trata-se, portanto, de uma ferramenta que tem como objetivo a contratação de serviços e aquisições de bens por meio da compatibilização entre os princípios da legalidade e da eficiência.

**2.3.** Com base no o Decreto n. 1385, de 11 de março de 2024 que regulamenta Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Ji-Paraná, Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021 elaboramos o presente Termo de Referência, buscando dar continuidade às atividades desenvolvidas na Administração Pública Municipal, através de Ata de Registro de Preços;

**2.4.** As vantagens proporcionadas pelo sistema de registro de preços, em síntese, são a otimização dos processos de compras e maior flexibilidade nas aquisições, permitindo a compra ou a prestação do serviço no quantitativo exato e necessário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, reduzindo assim o desperdício de tempo e mão de obra, atendendo as necessidades desta Secretaria na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações e realizações dos serviços desejados. Desta forma, o Sistema de Registro de Preços é o procedimento adequado para futura e eventual aquisição.

**2.5.** Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços para a presente aquisição em razão da necessidade de contratações frequentes e eventuais, da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pela

SEMUSA em decorrência das atuais limitações e incertezas orçamentárias, e ainda, objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício. Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada.

**2.6.** Caracteriza-se o referido sistema pelo registro de preços unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

**2.7.** A vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses** a contar da publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

### **3. JUSTIFICATIVA**

**3.1.** Justificativa nos termos do [Estudo Técnico 42 de 25/03/2026 \(ID 2548779\)](#):

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigênio), 04 (quatro) frascos Erlenmeyer e 04 (quatro) filtros catalisadores, a fim de atender à crescente demanda por tratamentos complementares e integrativos no âmbito do Departamento de Atenção Básica (DAB) e do Departamento de Média e Alta Complexidade (DMAC).

A necessidade da contratação está fundamentada na identificação, por parte da gestão e das equipes de saúde, de demandas clínicas e terapêuticas recorrentes em pacientes com condições crônicas, inflamatórias, infecciosas e dolorosas, cujas abordagens convencionais muitas vezes se mostram insuficientes ou limitadas. Patologias como feridas crônicas, processos inflamatórios persistentes, dores osteoarticulares e doenças circulatórias periféricas têm sido cada vez mais presentes no cotidiano das unidades básicas de saúde.

A adoção da ozonioterapia como prática complementar mostra-se uma estratégia eficaz, segura e custo-efetiva, estando prevista na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 702, de 21 de março de 2018. A utilização desses equipamentos viabilizará a ampliação do acesso da população a terapias integrativas baseadas em evidências científicas, respeitando os princípios da integralidade do cuidado e da humanização da atenção à saúde.

Sob a ótica do interesse público, a contratação atende diretamente ao dever da Administração Pública de promover a saúde como direito de todos, conforme previsto na Constituição Federal, e contribuirá para a melhoria da resolutividade da atenção básica, a redução do uso excessivo de medicamentos, a diminuição de encaminhamentos desnecessários para níveis de atenção mais complexos e a otimização de recursos públicos.

A contratação dos equipamentos de ozonioterapia se justifica não apenas pela demanda técnica e clínica identificada, mas sobretudo pela sua relevância estratégica no fortalecimento da atenção primária em saúde, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** Descrição da Solução:

A solução proposta visa viabilizar a implantação e o fortalecimento da ozonioterapia no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, notadamente no Centro de Tratamento de Feridas

vinculado ao Departamento de Média e Alta Complexidade (DMAC), como estratégia terapêutica complementar e integrativa no cuidado de pacientes com condições clínicas de difícil manejo.

A aquisição dos equipamentos tem como finalidade atender à crescente demanda por terapias menos invasivas, mais eficazes e de menor custo, garantindo padronização, segurança e qualidade nos atendimentos realizados por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), conforme previsto na Portaria GM/MS nº 702/2018, e respaldada pela Lei Federal nº 14.648/2023, que regulamenta o uso da ozonioterapia no território nacional.

Cada modelo de equipamento apresenta características específicas que, em conjunto, ampliam o escopo de atuação terapêutica:

- **Equipamento Digital:** indicado para uso em clínicas e unidades fixas, com interface touch screen e controle digital da concentração de ozônio (2 µg/L a 70 µg/L), além de estrutura leve, bivolt, e com conectores luer lock e slip, ideal para aplicações clínicas mais controladas.
- **Equipamento Portátil:** projetado para uso móvel em diferentes ambientes assistenciais, conta com maleta de transporte, espaço para cilindro de oxigênio e gerador fixo no interior da maleta, oferecendo praticidade e segurança para atendimentos domiciliares ou em unidades descentralizadas.

Ambos os equipamentos deverão possuir reatores em vidro de quartzo, evitando o contato do gás com superfícies metálicas, o que assegura maior pureza na produção do ozônio. A produção deve ocorrer por descarga elétrica por dupla Barreira Dielétrica, tecnologia que garante a estabilidade do equipamento e a eficácia da terapia.

#### **Manutenção e Assistência Técnica:**

Para garantir a continuidade do uso e a integridade funcional dos equipamentos ao longo do tempo, a solução contempla exigências obrigatórias de manutenção e suporte técnico, conforme a seguir:

- a. **Garantia Técnica Mínima de 12 Meses:** Todos os equipamentos deverão ser entregues com garantia de fábrica de no mínimo um ano, abrangendo defeitos de fabricação, falhas operacionais e cobertura de eventuais reparos durante o período de garantia.
- b. **Assistência Técnica Nacional:** A empresa fornecedora deverá garantir a existência de assistência técnica autorizada em território nacional, com estrutura física e técnica capacitada para realizar tanto manutenções preventivas (como calibração periódica) quanto manutenções corretivas, conforme necessidade.
- c. **Localização da Assistência Técnica:** A contratada deverá informar previamente o endereço, telefone e contato direto da assistência técnica, assegurando fácil acesso em caso de necessidade de reparos ou manutenções.
- d. **Treinamento da Equipe Técnica da Secretaria de Saúde:** Deverá ser ofertado, sem custos adicionais, um treinamento básico (presencial ou remoto) à equipe de saúde responsável pelo manuseio dos equipamentos, incluindo orientações sobre operação segura, protocolos de aplicação e cuidados com o manuseio.
- e. **Disponibilidade de Peças de Reposição:** A contratada deverá garantir o fornecimento de peças originais de reposição no Brasil por período mínimo compatível com a vida útil do equipamento, permitindo a continuidade do uso sem interrupções prolongadas.

- f. **Documentação Técnica:** O fornecedor deverá entregar junto aos equipamentos os respectivos manuais técnicos, certificados de calibração, instruções de uso e certificados de garantia, conforme exigências da ANVISA e boas práticas de fornecimento de equipamentos médico-hospitalares.

A solução proposta busca assegurar não apenas a aquisição de equipamentos modernos, eficazes e adequados ao contexto assistencial, mas também a sustentabilidade técnica e operacional de seu uso, com suporte contínuo e estrutura de manutenção compatível com os padrões exigidos pela Administração Pública. Isso garante que a terapia com ozônio possa ser implementada de forma segura, eficiente e duradoura, gerando impactos positivos nos indicadores de saúde, especialmente no tratamento de feridas crônicas, controle de infecções e melhoria da qualidade de vida da população atendida.

## **4.2. Requisitos da Contratação:**

### **4.2.1. Fundamentação legal e enquadramento do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

A contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/2021, em especial pelo art. 40 (planejamento e meios de aquisição) e demais dispositivos aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços; e pelo Decreto que regulamenta o uso do SRP aplicado ao caso (Decreto n.º 1.385/11.03.2024 conforme mencionado no TR). O SRP será do tipo menor preço por item, conforme previsão do procedimento.

### **4.2.2. Requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista (documentos mínimos)**

As licitantes deverão apresentar, na forma exigida pelo edital, comprovantes atualizados, inclusive:

- a) Cópia do Contrato Social / Estatuto e suas alterações e nomeação dos representantes legais; comprovante de inscrição no CNPJ;
- b) Certidões negativas federais (PGFN/INSS/FGTS) e estaduais/municipais exigíveis, conforme legislação;
- c) Prova de regularidade perante o FGTS e INSS;
- d) Prova de regularidade trabalhista (conforme legislação aplicável);
- e) Declaração de inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração (art. 87 da Lei 14.133/2021) ou instrumento equivalente previsto no edital.

**4.2.3.** Os requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira encontram-se detalhados no item 16 deste Termo de Referência.

### **4.2.4. Requisitos relativos ao produto**

- a) **Registro sanitário válido** Todos os equipamentos ofertados devem possuir registro sanitário ou regularização junto à ANVISA em vigor na data da entrega.
- b) **Titular do registro / autorização para comercialização** Quando o licitante for distribuidor/representante, deverá apresentar declaração/contrato do detentor do registro autorizando a comercialização.
- c) **Validade mínima na entrega** Os equipamentos deverão ser entregues novos, lacrados, com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, acompanhados de manual técnico, certificado de garantia e registro ou regularização vigente junto à ANVISA, quando aplicável.

### **4.2.5. Requisitos de qualidade, rastreabilidade e documentação por lote**

- a) A cada entrega, o fornecedor deverá apresentar, junto à Nota Fiscal, **identificação do equipamento (marca/modelo)** e, quando aplicável, **número de série**, além de **manual, certificado de garantia, e comprovante de regularização/registro na ANVISA** do equipamento



ofertado.

b) O contratado deverá manter rastreabilidade do fornecimento, possibilitando suporte, manutenção e eventual recall, quando aplicável.

#### **4.2.6. Requisitos de armazenagem, transporte e cadeia logística**

a) Entregas deverão ocorrer nos locais indicados, dentro dos prazos definidos no edital.

c) Exigência de emissão de Nota Fiscal eletrônica (NF-e) por entrega e documentação de transporte.

#### **4.2.7. Condições econômicas e financeiras**

a) O licitante deverá comprovar capacidade econômico-financeira compatível com o valor estimado, nos termos do edital.

b) Poderá ser exigida garantia de manutenção de estoque mínimo ou compromisso de abastecimento emergencial.

c) Preços deverão ser ofertados por item (unitário), com validade durante o período da ata (12 meses), observando regras de reajuste previstas.

#### **4.2.8. Penalidades**

a) impedimento de licitar e contratar

b) Ressarcimento por entrega de produto vencido, fora das especificações ou sem registro sanitário.

#### **4.2.9. Programas de integridade e requisitos socioambientais (quando aplicável)**

A Administração poderá exigir a implantação de programa de integridade pelo contratado, conforme previsão legal aplicável e dimensão do contrato, com prazo fixado no edital.

#### **4.2.10. Condições de substituição e esgotamento de estoque**

a) Em caso de descontinuação de item, o contratado deverá apresentar proposta de substituição por produto equivalente, sujeita à aprovação.

b) A substituição não poderá implicar aumento de preço sem prévia autorização formal.

#### **4.2.11. Fiscalização, recebimento e inspeção**

a) O recebimento será realizado por servidores designados, com conferência de **quantidade, especificação, integridade, número de série (quando houver), manuais, garantia e documentação sanitária aplicável.**

#### **4.2.12. Cláusula de confidencialidade e proteção de dados**

O contratado deverá observar sigilo e proteção das informações da Administração e dos usuários, bem como a legislação aplicável sobre proteção de dados pessoais, quando for o caso.

### **4.3. Modelo De Execução Do Objeto:**

#### **4.3.1. Conceito**

O modelo de execução do objeto consiste em definir como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento, garantindo a entrega dos equipamentos conforme demanda, qualidade, prazos e conformidades legais. (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea e; manual do TCU sobre licitações e contratos)

#### **4.3.2. Elementos essenciais**

A execução deverá conter os seguintes elementos:

##### **a) Dinâmica de execução**

- Prazo para início efetivo da prestação de fornecimento após assinatura da ata de registro de preços ou contrato, emissão da ordem de fornecimento ou equivalente.
- Cronograma de entregas/fornecimentos, com periodicidade ou datas máximas definidas para reposição de estoques nos pontos de entrega.
- Local e horário de recebimento dos equipamentos: pontos físicos definidos; dias úteis; horários específicos para entrega, conferência e recebimento.
- Etapas da execução: solicitação pelo órgão gestor, emissão de ordem de fornecimento (ou equivalente), transporte, conferência, entrega, inspeção, ateste, recebimento definitivo ou provisório se aplicável.

#### **b) Quantificação ou estimativa de demanda**

- Estimativa dos volumes de cada item, mensal ou trimestral, baseada em histórico de uso, projeção de consumo ou plano anual de compras.
- Cláusula para ajustes de demanda, em casos de variação superior ou inferior à estimativa, com limite definido, para não onerar excessivamente o contratado nem prejudicar o gestor.

#### **c) Instrumentos formais de solicitação, acompanhamento, avaliação e ateste**

- Ordem de Fornecimento / Ordem de Compra ou documento formal equivalente, com prazos, quantidades, especificações, identificação do item, lote, número de registro, entre outros.
- Registro/documento de entrega e recebimento: nota fiscal, laudo ou termo de recebimento com verificação de validade, quantidade, integridade, rótulo, condições de transporte, procedimento de conferência.
- Atestação formal pelo fiscal ou servidor competente, manifestando cumprimento das especificações técnicas, prazos, validade mínima, etc.

#### **d) Comunicação entre as partes**

- Estabelecimento de canais e formas de comunicação (eletrônico, físico), responsáveis pela interface no município e da empresa contratada.
- Relatórios periódicos sobre produtividade / entrega / problemas identificados (ex.: mensalmente ou conforme definido no edital/contrato).
- Procedimentos para notificações de não conformidades e para tratativas de solução ou substituição de itens.

#### **e) Transição e capacitação (se aplicável)**

- Se houver necessidade (por exemplo, no caso de substituições de detentores de registro, de fornecimento por nova empresa ou mudança de práticas logísticas), garantir transferência de conhecimento ou treinamento ao pessoal da Administração para acompanhamento/fiscalização do contrato.

#### **f) Garantias, manutenção, assistência técnica (quando aplicável)**

- Se algum equipamento ou insumo exigir suporte técnico ou garantia adicional, definir local, prazos, responsabilidades.
- Procedimentos para recall ou retirada de lote defeituoso.

#### 4.3.3. Etapas do ciclo de execução

- **Preparatória / mobilização:** após assinatura do contrato ou ata, liberação de requisitos prévios, recebimento de documentos, definição de local de armazenamento, estabelecimento das rotinas administrativas.
- **Fornecimento:** execução contínua ou parcelada conforme demanda/períodos previstos.
- **Inspeção e recebimento:** entrega física, conferência da qualidade, validade, lotes, integridade, documentação; eventual recebimento provisório e definitivo.
- **Controle, auditoria e fiscalização:** acompanhamento periódico, auditoria interna ou externa, tratamento de não conformidades.
- **Encerramento:** liquidar obrigações pendentes, prestação de contas, devolução de documentos, encerramento formal do contrato / ata de registro de preços, decisão sobre eventuais penalidades ou multas, avaliação final de desempenho do contratado.

#### 4.3.4. Critérios de medição de desempenho e indicadores

- Percentual das entregas realizadas dentro do prazo definido.
- Percentual de itens entregues com validade mínima exigida.
- Índice de aceitação técnica (itens aprovados vs itens rejeitados).
- Tempo de resposta para atendimento emergencial.

#### 4.3.5. Penalidades relacionadas ao modelo de execução

- Estipular penalidades (multas, retenção de pagamento, rescisão), caso os prazos de entrega, qualidade ou validade mínima não sejam cumpridos.
- Definição clara das hipóteses de rejeição de entrega ou devolução de lote.

#### 4.3.6. Vigência e renovação / extinção

- Vigência do contrato/ata de registro de preços: 12 meses.
- Procedimentos para prorrogação, se houver previsão legal e formalização.
- Procedimentos para extinção antecipada, se descumprimento contratual grave ou outras hipóteses legais.

**4.4.** Não será permitida a subcontratação do objeto principal da presente contratação, admitindo-se apenas serviços acessórios ou complementares, desde que previamente autorizados pela Administração e sem prejuízo das responsabilidades contratuais da contratada.

### 5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**5.1.** As respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto deste certame, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, deste exercício financeiro da Secretaria Municipal de Ji-Paraná, que tem como Fonte de Recurso, **utilizando-se das fichas orçamentárias n.º 545 e 555**, nos termos

do despacho [Ficha orçamentária 01 de 19/01/2026 \(ID 2348660\)](#), do Fundo Municipal de Saúde, conforme se demonstra a seguir:

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS				
10	Fundo Municipal de Saúde			
02	PODER EXECUTIVO			
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA			
10	Saúde			
10 301	Atenção Básica			
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS			
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde			
545	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.307.212,54	
0.1.600 0	010.100	Atenção Primária - Principal	0,00	
			0,00	
555	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	110.000,00	
0.1.600 0	010.100	Atenção Primária - Principal	0,00	
			0,00	
-----				

6. DETALHAMENTOS DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades e especificações dos itens a serem adquiridos, serão conforme descritas no [Estudo Técnico 42 de 25/03/2026 \(ID 2548779\)](#), melhor detalhadas no Anexo I do presente Termo de Referência.

6.1.1. A estimativa quantitativa baseia-se na capacidade de atendimento da rede municipal (DAB e DMAC), projetando-se a realização de aproximadamente 360 a 450 procedimentos mensais. A distribuição de 02 unidades para o DAB justifica-se pela maior intensidade de demanda em feridas crônicas na atenção básica, enquanto 01 unidade atenderá a média e alta complexidade no CER III.

7. DETALHAMENTOS DOS CUSTOS

7.1. Estimasse que os custos para a supracitada aquisição será de R\$71.060,00, minuciosamente detalhados no Anexo II deste termo de referência, nos moldes das pesquisas constantes sob os seguintes documentos:

- [Estudo Técnico 42 de 25/03/2026 \(ID 2548779\)](#).
- [Cotação 03 de 01/12/2025 \(ID 2232858\)](#).

7.2. Destaca-se, que os valores acima mencionados, são valores de estimativa prévia, sendo que os parâmetros para o presente instrumento licitatório será conforme cotação a ser realizada pela Controladoria Geral de Preços deste Município.

9. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Do prazo

9.1.1. O prazo de entrega deverá ocorrer até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de emissão da nota de empenho.

9.2. Do local da entrega

9.2.1. Os produtos, objeto deste instrumento, deverão ser entregues no almoxarifado da Gerência Geral de Assistência Farmacêutica, situado Rua Teresina, Nº 497, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, CEP 76.908-326, no horário compreendido entre 7:30 h às 13:30 h, de segunda à sexta-feira.

9.3. Do recebimento e condições da entrega dos produtos

9.3.1. São de inteira responsabilidade da CONTRATANTE (SEMUSA) os procedimentos do recebimento dos materiais, pela COMISSÃO DE RECEBIMENTO devidamente instituída por portaria, emitida pelo Secretário(a) Municipal de Saúde, a qual goza de autonomia e prerrogativas legais conforme a lei.

Caberá ao Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos insumos;

**9.3.2.** Fica terminantemente vedado ao licitante contratado entregar o objeto que seja usado, reservando-se à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusar o item que apresente tais características;

**9.3.3.** Não será admitido, para efeito de recebimento, objeto que esteja em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas;

**9.3.4.** O(s) objeto(s) fornecido(s) deverá(ão) ter sua validade garantida pelo fabricante, no ato da entrega devendo o fornecedor ser responsabilizado se ocorrer, o fornecimento de objeto fora do prazo, que deverá ser imediatamente substituído e entregue, sem qualquer ônus para o contratante, na Secretaria Municipal de Saúde;

**9.3.5.** Feita a entrega pela contratada por intermédio da Comissão de Recebimento, a Comissão de Certificação realizará no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os exames necessários para aceitação/aprovação do(s) produto(s) de modo a comprovar que o(s) mesmo(s) atende as especificações estabelecidas neste instrumento. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

**9.3.6.** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o objeto não atende as especificações do(s) objeto(s) licitado(s), poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a substituição do objeto não aceito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos;

**9.3.7.** Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa com frete, ensaios, testes, laudos, e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, caso se faça necessário;

**9.3.8.** Entregar o(s) objeto(s) na(s) especificação(ões) contidas nos itens deste Termo de Referência.

**9.3.9.** A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

**9.3.10.** A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

**9.3.11.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** São obrigações da empresa contratada:

**10.1.1.** Comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do produto, bem como atender prontamente a suas observações e exigência e prestar os esclarecimentos solicitados relacionados ao objeto requisitado.

**10.1.2.** A contratada deverá entregar o produto solicitado dentro das especificações contidas no Termo de Referência, responsabilizando-se pela troca, no prazo de validade em caso de danificação do material, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico da contratante;

**10.1.3.** A inobservância ao exposto no item anterior implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização;

**10.1.4.** Em caso de extravio do produto antes de sua recepção pela contratante, a contratada deverá arcar com todas as despesas;

**10.1.5.** Em todo caso de devolução ou extravio do produto, a contratada será responsável pelo pagamento, fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem;

**10.1.6.** A contratada deverá comunicar a contratante no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;

**10.1.6.1.** A SEMUSA ajustará o prazo de dilação para entrega dos produtos, caso aceite a justificativa do atraso.

**10.1.7.** A contratada deverá reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto em que se verifique qualquer dano em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação formal, sem ônus à Administração.

**10.1.8.** A contratada deverá pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o produto solicitado;

**10.1.9.** A contratada deverá fornecer todos os produtos solicitados, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e disponibilizar o item de boa qualidade, entendida de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

**10.1.10.** A contratada deverá respeitar todos os requisitos técnicos informados no item 9 deste termo de referência.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do produto a ser solicitado;

**11.2.** Efetuar o pagamento da empresa contratada em conformidade ao estabelecido no Termo de Referência;

**11.3.** Aplicar as penalidades descritas neste Termo de Referência, em caso de inexecução de qualquer obrigação constante da Ata ou do Termo de Referência;

**11.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue fora das especificações deste Termo de Referência.

**11.5.** Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

**11.6.** Verificar se durante a vigência da ata estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;

**11.7.** Visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

**11.8.** Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**11.9.** Além disso, devem cumprir, no que couber, as exigências:

a) Da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (PNRS);



b) Da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, quanto a critérios de sustentabilidade.

## **12. DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A CONTRATANTE é reservada o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

**12.2.** A supervisão dos trabalhos, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

## **13. DA VIGÊNCIA**

**13.1.** O Decreto n. 1385, de 11 de março de 2024, no seu artigo 11º, determinam que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, conforme o artigo 84 da Lei nº 14.133 de 2021. Portanto o Registro de Preços, decorrente deste instrumento de contrato, terá a validade de **12 (doze) meses consecutivos**, a contar do **primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP** e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023 c/com art. 12, §1º do Decreto Municipal n. 1385/2024.

**13.2.** No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido, devendo o ato indicar expressamente o novo prazo de vigência e os quantitativos renovados.

**13.3.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

**13.4.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme previsto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.5.** Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estarão sujeitos às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser alterados nos termos dos arts. 124 a 136 da referida norma legal, observando-se que o limite de alteração se aplica individualmente a cada contrato, e não à Ata de Registro de Preços.

**13.6.** A duração dos contratos firmados com base na Ata de Registro de Preços observará o disposto no **Capítulo V do Título III da Lei nº 14.133/2021**, devendo ser assinados dentro do prazo de validade da Ata.

**13.7.** A alteração dos preços registrados não implica alteração automática dos preços constantes dos contratos decorrentes da Ata, sendo necessária revisão formal, a ser processada pela Administração Municipal ou órgão contratante, conforme a legislação aplicável.

**13.8.** É vedado efetuar acréscimos aos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive aqueles previstos no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.9.** Para a celebração dos contratos ou retirada dos instrumentos equivalentes, os fornecedores ou prestadores de serviços deverão estar devidamente credenciados no sistema de registro cadastral unificado do PNCP, bem como no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

**13.10.** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses excepcionais previstas na alínea "d", inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal do fornecedor e comprovação das causas que justifiquem a revisão.

**13.11.** Em caso de revisão ou reajuste, os preços poderão ser corrigidos com base na variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha oficialmente a substituí-lo, mediante autorização da Administração e instrução processual que comprove a necessidade e legalidade da revisão.

Parágrafo único - A data-base para contagem do prazo anual de reajustamento será a da elaboração do orçamento estimado a que a proposta se reportar, conforme exigência do art.25, §7º, e art.92, §3º, da Lei nº14.133/2021, e deverá ser expressamente indicada no edital e no contrato. O reajuste somente será devido após decorridos 12 (doze) meses contados dessa data, e as revisões subsequentes deverão observar a mesma periodicidade anual, sempre com referência ao evento do último reajuste concedido.

#### **14. UTILIZAÇÃO DA ATA**

**14.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitado mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador;

**14.2.** Caberão a detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

**14.3.** As Aquisições ou contratações adicionais a este Termo de Referência não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, sendo de inteira responsabilidade dos Órgãos não participantes o controle de tais quantitativos;

**14.4.** Modelo De Gestão Do Contrato:

##### **14.4.1. Conceito**

O modelo de gestão do contrato consiste no conjunto de mecanismos, rotinas e instrumentos utilizados pela Administração para acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, de forma a garantir que as entregas ocorram em conformidade com as especificações técnicas, legais e contratuais, durante toda a vigência da ata de registro de preços (12 meses).

##### **14.4.2. Designação de fiscais e gestores**

a) O órgão contratante designará formalmente:

- **Gestor do contrato:** responsável pela supervisão global da execução, interface administrativa com a contratada, análise de documentos, autorização de pagamentos e aplicação de penalidades.
- **Fiscais do contrato:** servidores técnicos responsáveis por acompanhar o fornecimento e o recebimento dos equipamentos, verificar condições de armazenamento/transporte, validade mínima.

b) As designações serão formalizadas por portaria ou ordem de serviço interna, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

##### **14.4.3. Acompanhamento da execução**

a) O acompanhamento será contínuo, com base em:

- **Ordens de fornecimento** emitidas pelo órgão gestor;
- **Notas fiscais eletrônicas** com identificação de lote;
- **Relatórios de entrega** assinados pelo fiscal, atestando conformidade ou registrando não conformidades.

**b)** As entregas serão conferidas quanto a: quantidade, especificação, lote, prazo de validade, integridade da embalagem, rotulagem, condições de transporte e documentação sanitária.

**c)** Serão utilizados checklists de conferência e relatórios de recebimento, arquivados eletronicamente e fisicamente.

#### **14.4.4. Instrumentos de fiscalização**

**a)** **Registro sistemático** de todas as ocorrências relevantes (entregas em atraso, produtos rejeitados, substituições, penalidades aplicadas), em relatório mensal de acompanhamento.

**b)** **Sistema informatizado** ou planilhas oficiais para controle das entregas, dos saldos contratados, dos empenhos e pagamentos.

**c)** **Relatórios periódicos** (mensais ou trimestrais) de desempenho do contratado, elaborados pelo fiscal e encaminhados ao gestor.

**d)** **Atas de reunião** com a contratada, quando houver necessidade de tratar não conformidades ou ajustes operacionais.

#### **14.4.5. Gestão de riscos e não conformidades**

**a)** Definir previamente os principais riscos: atraso na entrega, transporte inadequado, descontinuidade de fornecimento.

**b)** Para cada risco, prever plano de resposta: substituição do lote, aplicação de multa, rescisão contratual, quando aplicável.

**c)** Registrar e tratar não conformidades em até 5 dias úteis, com ciência formal da contratada.

#### **14.4.6. Comunicação entre as partes**

**a)** As comunicações oficiais dar-se-ão por meio de ofícios, e-mails institucionais e/ou sistema eletrônico oficial do município, sempre com registro e protocolo.

**b)** O contratado deverá manter representante formalmente indicado, responsável por responder a solicitações e notificações da Administração.

**c)** Demandas emergenciais (ex.: reposição de estoque crítico) deverão ser comunicadas por canal rápido (telefone/e-mail institucional), com registro posterior em documento oficial.

#### **14.4.7. Avaliação de desempenho do contratado**

**a)** Serão monitorados os seguintes indicadores:

- Percentual de entregas realizadas dentro do prazo contratual;
- Percentual de itens entregues com validade mínima exigida;
- Índice de rejeição de produtos (não conformidade);
- Tempo médio de resposta a pedidos emergenciais.

**b)** O desempenho será registrado em relatório semestral e servirá de subsídio para a aplicação de penalidades, para eventuais prorrogações ou para avaliação futura da empresa em novos certames.

#### **14.4.8. Liquidação da despesa e pagamento**

**a)** O pagamento somente será autorizado após:

- Recebimento definitivo dos equipamentos pelo fiscal;
- Apresentação de nota fiscal eletrônica regular;
- Verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada no ato da liquidação.

b) O gestor do contrato deverá atestar a conformidade antes de liberar o pagamento.

#### **14.4.9. Encerramento da gestão contratual**

- a) No término da vigência ou da execução total do objeto, o gestor deverá elaborar **relatório final de gestão do contrato**, contendo: entregas realizadas, valores pagos, ocorrências registradas, penalidades aplicadas e avaliação final de desempenho.
- b) O encerramento formal será homologado pela autoridade competente, arquivando-se toda a documentação comprobatória.

### **15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamento será efetuado em parcela única mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em 02 (duas) vias pela Contratada, devendo constar no corpo da mesma:

- a) a descrição do objeto;
- b) o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório.

**15.2.** No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela na controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

**15.3.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**15.4.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração, será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

**15.5.** Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**15.6.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT** podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. As certidões também podem ser positivas com Efeito de Negativa.

**15.7.** A Administração observará as regras de retenção tributária previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao tratamento diferenciado às empresas optantes pelo Simples Nacional, quando aplicável.

### **16. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO OU REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**16.1.** A revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023 (tratando do reajuste, repactuação ou revisão por álea extraordinária do sistema de registro de preços) e dos arts. 15 e 16 do Decreto Municipal nº 1.385/2024 (regulamentando o sistema no âmbito municipal).

**16.2.** Definição Dos Critérios De Qualificação Técnica E Qualificação Econômico-financeira

### 16.2.1. Fundamento Legal

- Qualificação Técnica: prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- Qualificação Econômico-Financeira: arts. 69 e 70 da Lei nº 14.133/2021.

### 16.2.2. Qualificação Técnica

#### a) Experiência comprovada

- A licitante deverá comprovar experiência prévia de fornecimento de equipamentos hospitalares ou de bens similares, por meio de atestados ou declarações emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com quantidades, natureza e prazos semelhantes ao objeto licitado.
- O edital deverá indicar grau de similaridade mínimo aceitável (ex: fornecimento para hospitais, UPAs ou SAMU) e quantidade/volume mínimo (ex: número de itens, tipos de equipamentos) para que se entenda que a empresa tem capacidade adequada.

#### b) Capacidade técnica operacional

- Estrutura física: instalações de armazenagem compatíveis com normas sanitárias e de boas práticas (ANVISA), inclusive para equipamentos que exigem controle de temperatura ou condições especiais.
- Logística de distribuição: comprovação de frota ou contrato de transporte que atenda padrões legais de transporte de equipamentos, quando aplicável.

#### c) Capacidade técnico-profissional

- c) Quando exigido por norma específica da ANVISA ou legislação sanitária aplicável, poderá ser requerida a indicação de responsável técnico habilitado.

#### d) Outros documentos técnicos

- Apresentação de ficha técnica, catálogo ou especificações dos produtos ofertados (com registro ANVISA, rótulo, bulas, etc.).
- Se aplicável, homologação de amostras, prova de conceito ou demonstração de conformidade de lotes (testes), especialmente para equipamentos de uso hospitalar menos comuns ou de alto risco.

### 16.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

#### a) Documentação exigida

- Comprovação de **Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 7.106,00 (sete mil, cento e seis reais)**, correspondente a 10% do valor total estimado da contratação, conforme facultado pelo art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, de forma a garantir a solidez financeira para a execução do objeto."

#### b) Índices financeiros mínimos

- Estabelecimento de índices contábeis objetivos, tais como Liquidez Corrente, Liquidez Geral, Solvência Geral e Capital de Giro, com valores mínimos previamente definidos no edital, compatíveis com o objeto e com os riscos envolvidos no fornecimento de equipamentos.
- Estes índices devem ser justificáveis, razoáveis e proporcionais ao valor estimado do contrato/ata de registro de preços.

#### **c) Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo**

- Se for o caso, exigir mínimo de capital social ou patrimônio líquido, em valores proporcionais ao porte do contrato, de modo que demonstre solidez para suportar obrigações operacionais, logísticas, perdas ou devoluções.

#### **d) Relação de compromissos financeiros**

- O edital poderá exigir que o licitante informe compromissos assumidos que reduzam sua capacidade econômico-financeira (ex: contratos em andamento), excluídos aqueles já executados, para que se avalie a real disponibilidade financeira para assumir o novo contrato.

### **16.2.4. Critérios de avaliação e aprovação**

- a) A avaliação da habilitação será realizada pelo critério atende/não atende, não sendo atribuída pontuação técnica.
- b) Exigir que toda documentação seja válida na data de apresentação da proposta ou habilitação.
- c) Em caso de exigência de índices financeiros, definir fórmula de cálculo clara, documentos de suporte (balanços, relatórios contábeis) e prazo para análise.

### **16.2.5. Desclassificação**

- a) Propostas cujo fornecedor não atenda plenamente aos critérios de qualificação técnica ou à habilitação econômico-financeira serão desclassificadas, sem análise de preço.
- b) É vedada a exigência de critérios ilegítimos ou desproporcionais, ou que não guardem relação com o objeto (por exemplo, exigir patrimônio líquido excessivo).

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** A empresa Contratada, quando em posse da Nota de Empenho, além de outras formas decorrentes, como por exemplo: contratos, autorização de compras, ordem de serviços ou instrumentos semelhantes, que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado), sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, e observada à gravidade da ocorrência e ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21, poderá, garantida a prévia e ampla defesa, sofrer as seguintes sanções:

I. advertência;

II. Multa, salvo previsão diversa neste instrumento convocatório ou no contrato, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor total do empenho, no caso de atraso injustificado para a entrega/execução, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;

- b)** 0,8% sobre o valor total do empenho, no caso de atraso injustificado por período superior ao previsto na alínea a;
- c)** 0,5% ao dia sobre o valor do produto/execução do serviço, no caso de atraso injustificado para substituição, limitada a incidência a 10 (dez) dias;
- d)** 0,8% sobre o valor do produto/execução do serviço, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea c;
- e)** 10% sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**III.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

- a)** por seis meses nos casos de reiterado inadimplemento por culpa, assim compreendida situação que a contratada poderia evitar, compensar ou por iniciativa própria tempestivamente regularizar;
- b)** por um ano nas hipóteses de atos ilícitos culposos;
- c)** por dois anos em situações em que ação culposa da contratada causar severo prejuízo à execução do contrato, ou acarretar expressivo danos ao erário, ao patrimônio público ou à regularidade dos serviços.

**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.2.** Caso a multa aplicada não seja paga voluntariamente, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**17.3.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**17.4.** A reabilitação tratada no inciso IV do item 17.1 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação, sendo concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

**17.5.** Considera-se suscetível de pena de declaração de inidoneidade a ação ou omissão dolosa da contratada, especialmente nas seguintes situações (cujo rol é exemplificativo e não taxativo, sem prejuízo de outras hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021):

- I.** Não atendimento reiterado de determinações expressas do contratante quanto ao regular cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato;
- II.** Ensejar pagamento por indenização ou a celebração de contratação emergencial, em detrimento do interesse público;
- III.** Ocasionar a anulação ou cancelamento de item que integre Ata de Registro de Preços, ou repercutir além do MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, em mais de um órgão público ou entidade administrativa;
- IV.** Ensejar danos ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico, artístico ou cultural;
- V.** Uso de documento falso, ou emprego de simulação ou qualquer meio ardiloso para justificar descumprimento contratual ou obter proveito indevido; e
- VI.** Manifesta má-fé de preposto, dirigente ou qualquer representante credenciado, com vistas a ocultar irregularidade grave ou facilitar obtenção de vantagem ilícita.

**17.6.** Os contratos firmados em momento anterior à declaração de inidoneidade não serão automaticamente rescindidos em razão exclusiva da penalidade, cabendo à Administração avaliar,



motivadamente, a necessidade de adoção das medidas cabíveis para resguardar o interesse público e a continuidade do serviço.

**17.7.** A autorização de compra, ordem de execução de serviço ou expediente similar ao instrumento de contrato deverão consignar quais sanções são previstas no caso de descumprimento total ou parcial da obrigação.

**17.8.** Nos casos em que a entrega do produto ou a prestação do serviço ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no inciso II incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

**17.9.** Na fixação de qualquer pena, além dos critérios específicos para cada caso, serão considerados os antecedentes, os atenuantes e o dano advindo da conduta.

**17.10.** Considera-se reincidência a prática de quaisquer condutas ilícitas apenadas nos últimos 05 (cinco) anos por decisão administrativa irrecorrível.

**17.11.** São circunstâncias atenuantes:

- I. A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
- II. ser o infrator primário perante a Administração Pública Municipal;
- III. ter o infrator adotado as providências para minimizar as consequências decorrentes do ato;
- IV. ter o infrator adotado as providências para reparar integralmente as consequências decorrentes do ato; e

**17.12.** Na avaliação do prejuízo advindo para a Administração Pública deve ser verificado o dano ao patrimônio material ou ao regular funcionamento da atividade administrativa, em face de decorrer da conduta ilícita quaisquer dos seguintes eventos:

- I. destruição ou avaria de bens afetados a um serviço ou às instalações físicas da Prefeitura e suas unidades administrativas;
- II. desabastecimento de produto essencial, assim considerado aquele cuja supressão possa comprometer a saúde e a segurança de pessoas;
- III. comprometimento parcial do regular funcionamento da Prefeitura, em quaisquer dos seus órgãos, ou da prestação do seu serviço jurisdicional; e
- IV. interrupção efetiva da prestação de qualquer serviço relevante.

**17.13.** Nas licitações realizadas na modalidade Pregão, a aplicação das sanções observará o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

- I. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- II. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- III. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV. não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato; e
- V. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**17.14.** A penalidade a que se refere o item anterior será aplicada sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**17.15.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

**17.16.** As demais sanções serão aplicadas pelo gestor da Pasta, obedecidas as garantias previstas em lei e no presente regulamento.

**17.17.** A Administração Pública obedecerá aos seguintes procedimentos para apurar responsabilidade do contratado:

- I. expedirá citação ao contratado para que, querendo, apresente defesa no prazo legal;
- II. encaminhará a defesa, se apresentada, à Pasta de origem para que se pronuncie sobre as razões apresentadas;
- III. deliberará sobre eventuais medidas de esclarecimento, de ofício ou a requerimento; e
- IV. apresentará as suas conclusões à Autoridade Competente para decisão ou deliberação.

**17.18.** A citação será expedida via Correios, com aviso de recebimento, ou entregue pessoalmente ao preposto, mediante recibo, da empresa quando autorizado na Carta de Preposto.

**17.19.** Em casos de recusa, ocultação e de não localização da pessoa a ser citada, serão adotadas as medidas correspondentes previstas na legislação processual, conforme o caso.

**17.20.** Para efeitos de produção de provas, serão adotados os critérios estabelecidos no **art. 158 e parágrafos da Lei nº 14.133/2021**, aplicando-se, subsidiariamente, os critérios do Código de Processo Civil.

**17.21.** A decisão será publicada no Diário Oficial do Município e notificada ao contratado pelo Gabinete do Prefeito, por intermédio do preposto ou pelos Correios, com aviso de recebimento.

**17.22.** Das decisões de competência do gestor da Pasta caberão recursos, em prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**17.23.** Nas declarações de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observado o art. 157 da Lei nº 14.133/2021, ou outro prazo definido no edital, se aplicável.

**17.24.** O pedido de reconsideração e os recursos não terão efeito suspensivo, que poderá ser requerido pela parte interessada, fundamentando-o em razões de relevância, a ser apreciado pela autoridade.

**17.25.** A Administração Pública encaminhará notícia da penalidade para registro, conforme o caso, no SICAF e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Municipal.

## **18. DA FORMALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** A Ata de Registro de Preços O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**18.2.** Homologado o resultado da licitação, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições nela estabelecidas.

**18.3.** A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência e no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no Edital e no contrato e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

**18.4.** A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

**18.5.** Caberá à detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as 4 obrigações anteriormente assumidas.

**18.6.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem 18.4 deste Termo de Referência não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, sendo de inteira responsabilidade dos Órgãos Não Participantes o controle de tais quantitativos.

**18.7.** Após a autorização do Município de Ji-Paraná, o Órgão Não Participante ou carona deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**18.8.** O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões a ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**18.9.** O procedimento de licitação será realizado na modalidade apropriada prevista na Lei nº 14.133/2021, compatível com o valor estimado do registro de preços, e observará todas as disposições legais referentes ao SRP (Sistema de Registro de Preços).

**18.10.** Será adotado o **tipo de licitação menor preço por item**, conforme estabelecido no Termo de Referência, respeitando-se a viabilidade técnica e econômica, de modo a adjudicar cada item separadamente ao licitante que ofertar o menor preço compatível com as exigências técnicas.

#### **18.11 Critérios objetivos de julgamento**

**a) Menor preço por item:** será avaliado o preço unitário (ou valor total por item, se for o caso), exclusivo de tributos federais, estaduais e municipais, utilizando-se metodologia clara para apuração de preços apresentados nos envelopes ou propostas eletrônicas.

##### **b) Compatibilidade técnica:**

- Cada proposta deverá demonstrar que os equipamentos ofertados atendem aos requisitos técnicos mínimos exigidos no Edital.
- Será desclassificada a proposta cujo produto não atender às especificações técnicas estabelecidas ou cujo fornecedor não comprove capacidade técnica ou logística necessária.

##### **c) Condições de entrega e prazos:**

- Condições de entrega e prazos: Atendimento dos prazos máximos de entrega especificados no item 9 deste Termo de Referência. **Não haverá vantagem adicional na fase de julgamento para prazos inferiores aos mínimos estipulados**, prevalecendo o critério de menor preço para garantir a ampla competitividade."

**d) Validade da proposta:** A proposta deverá ter prazo de validade mínimo fixado no edital (ex: 60, 90 dias), para garantir que o preço ofertado permaneça válido durante adjudicação e registro.

#### **18.9.3. Desempate**

**a)** No caso de empate entre duas ou mais propostas, será aplicado, na seguinte ordem:

1. Aquele fornecedor que comprovar instituição de programa de integridade (se for exigido no edital).
2. Aquele que tiver melhor desempenho em contratações anteriores com a Administração, se houver histórico (ex: menor índice de rejeição, melhor pontualidade).
3. Sorteio público, se persistir o empate, conforme previsto no edital.

#### **18.9.5. Habilitação aplicada como critério de julgamento**

- a) Serão exigidos os documentos de habilitação jurídica, técnica, fiscal e trabalhista do fornecedor, conforme item 14.2 (Requisitos da Contratação).
- b) Serão desclassificadas propostas de fornecedores que não atendam a essas exigências de forma plena.

#### **18.9.6. Propostas alternativas e equivalência**

- a) O edital poderá permitir proposta de itens equivalente nos casos em que o item originalmente especificado esteja indisponível no mercado;
- b) Propostas alternativas deverão incluir justificativa técnica e apresentar laudos ou documentos comprobatórios de equivalência.

#### **18.9.7. Critério de aceitabilidade de preços**

- a) As propostas serão consideradas aceitáveis se, além de legalmente habilitadas e tecnicamente compatíveis, os preços ofertados estiverem dentro dos valores estimados no estudo técnico-preliminar e/ou pesquisa de mercado.
- b) Se houver proposta com preço manifestamente inexequível, poderá ser exigida planilha de custos ou justificativa para demonstração da viabilidade econômica.

### **18.12. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

**18.12.1.** A seleção do fornecedor ocorrerá mediante Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.385/2024, observados os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira previstos neste Termo de Referência e no Edital.

### **19. DO REAJUSTE**

**19.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços, **exceto quanto ao reajustamento anual**, o qual será aplicado com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE**, tendo como **data-base a data do orçamento estimado** que fundamentou a presente contratação, em conformidade com o disposto no art. 25, § 7º, e art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **20. CONDIÇÕES GERAIS**

**20.1.** Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

**20.2.** Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência.

**20.3.** Eventuais acréscimos ou supressões poderão ocorrer apenas nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, observados os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**20.4.** Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

### **21. DOS CASOS OMISSOS**

**21.1.** Os casos omissos serão dirimidos por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

**22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando que os procedimentos, requisitos e critérios aqui estabelecidos estejam alinhados às melhores práticas de contratação pública, visando atender às necessidades da SEMUSA na aquisição de equipamentos e acessórios para ozonioterapia, conforme Estudo Técnico Preliminar.

**22.2. Aprovação**

O Ordenador de Despesas e Secretário Municipal de Saúde, ***Cristiano Ramos Pereira***, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Artigo 12 e demais dispositivos da Lei nº 14.133/2021, considerando que a elaboração do Termo de Referência foi realizada por pessoa habilitada e devidamente apoiada pelo setor técnico competente do órgão, resolve **APROVAR** o presente Termo de Referência, que tem por objetivo a formalização de ata de registro de preços para eventual e futura aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigênio, 04 (quatro) frascos Erlenmeyer e 04 (quatro) filtros catalisadores, a fim de atender à crescente demanda por tratamentos complementares e integrativos no âmbito do Departamento de Atenção Básica (DAB) e do Departamento de Média e Alta Complexidade (DMAC) da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná.

**22.3. Assinaturas**

Ji-Paraná, data da Assinatura Eletrônica

Aprovado por:

***Cristiano Ramos Pereira***  
Secretário Municipal de Saúde

**Anexo I: Especificações Técnicas Detalhadas**

**Bens permanentes DAB**

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.
1	114082	115.001.004	GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	2	UN

2	114081	115.001.003	GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	2	UN
---	--------	-------------	---	---	----

**Materiais de consumo DAB**

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.
1	114111	019.001.015	FILTRO CATALISADOR PARA GERADOR DE OZONIO Filtro Catalizador para Gerador de Ozonio	2	UN
2	114315	016.002.779	FRASCO ERLNMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO FLASCOERLENMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO	2	UN

**Bens permanentes DMAC**

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114082	115.001.004	GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	1	UN	R\$14.200,00	R\$14.200,00
2	114081	115.001.003	GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	1	UN	R\$ 8.560,00	R\$ 8.560,00

**Materiais de consumo DMAC**

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114111	019.001.015	FILTRO CATALISADOR PARA GERADOR DE OZÔNIO	2	UN	R\$ 225,00	R\$ 450,00
2	114315	016.002.779	FRASCO ERLNMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO	2	UN	R\$470,00	R\$940,00

**Anexo II: Memória de Cálculo**





**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
Gerador de Ozônio de Bancada	03	R\$ 14.200,00	R\$ 42.600,00
Gerador de Ozônio Portátil	03	R\$ 8.560,00	R\$ 25.680,00
Filtro Catalisador	04	R\$ 225,00	R\$ 900,00
Frasco Erlenmeyer 500 ml	04	R\$ 470,00	R\$ 1.880,00

**Anexo III: Critérios de Sustentabilidade**

Critério	Descrição
Logística Reversa	Implementação de sistema de logística reversa para as embalagens utilizadas.
Impactos Ambientais	Redução de emissões de carbono durante o transporte e entrega utilizando veículos com baixa emissão de poluentes. Utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis nas embalagens.
Certificações Ambientais	Fornecedor deve possuir certificações em gestão ambiental, como ISO 14001, e comprovar práticas de responsabilidade ambiental.
Redução de Desperdício	Garantia de que a quantidade fornecida estará em conformidade com a demanda, evitando desperdício e descarte de produtos com prazo de validade expirado.

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

	Documento assinado eletronicamente por <b>NATALIA DAVILA TONIN, ASSESSOR (A) NÍVEL I - SEMUSA</b> , em 18/06/2026 às 10:44, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica</b> , em 18/06/2026 às 10:47, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE</b> , em 18/06/2026 às 10:58, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE</b> , em 18/06/2026 às 12:36, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2778505** e o código verificador **5D59F2A4**.

Referência: [Processo nº 1-7507/2025](#).

Docto ID: 2778505 v1





**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

<b>ÓRGÃO</b>	Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA
<b>UNIDADE</b>	Departamento de Atenção Básica - DAB, Departamento de Alta e Média Complexidade - DEMAC
<b>SERVIÇO OU/ AQUISIÇÃO</b>	Aquisição de aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital, aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigênio), frascos Erlenmeyer e filtros catalisadores.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** A presente contratação tem por finalidade a aquisição de **03 (três)** aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital, **03 (três)** aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora e Cilindro de Oxigênio), **04 (quatro)** frascos Erlenmeyer de 500 ml e **04 (quatro)** filtros catalisadores.

**1.2.** A necessidade da contratação está fundamentada na identificação, por parte da gestão e das equipes de saúde, de demandas clínicas e terapêuticas recorrentes em pacientes com condições crônicas, inflamatórias, infecciosas e dolorosas, cujas abordagens convencionais muitas vezes se mostram insuficientes ou limitadas. Patologias como feridas crônicas, processos inflamatórios persistentes, dores osteoarticulares e doenças circulatórias periféricas têm sido cada vez mais presentes no cotidiano das unidades básicas de saúde.

**1.3.** A adoção da ozonioterapia como prática complementar mostra-se uma estratégia eficaz, segura e custo-efetiva, estando prevista na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, conforme estabelecido pela **Portaria GM/MS nº 702**, de 21 de março de 2018. A utilização desses equipamentos viabilizará a ampliação do acesso da população a terapias integrativas baseadas em evidências científicas, respeitando os princípios da integralidade do cuidado e da humanização da atenção à saúde.

**1.4.** Sob a ótica do interesse público, a contratação atende diretamente ao dever da Administração Pública de promover a saúde como direito de todos, conforme previsto na Constituição Federal, e contribuirá para a melhoria da resolutividade da atenção básica, a redução do uso excessivo de medicamentos, a diminuição de encaminhamentos desnecessários para níveis de atenção mais complexos e a otimização de recursos públicos.

**1.5.** A contratação dos equipamentos de ozonioterapia se justifica não apenas pela demanda técnica e clínica identificada, mas sobretudo pela sua relevância estratégica no fortalecimento da atenção primária

em saúde e de alta complexidade, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

## **2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)**

**2.1.** As DFD' foram elaboradas sob a categoria de Bens permanentes e Materiais de consumo, vinculada ao Departamento de Atenção Básica - DAB, DFD - **Formalização de Demanda DFD APARELHOS OZONIO de 04/08/2025 (ID 1938920)** e a DFD - Formalização de Demanda DFD MATERIAL DE CONSUMO FRASCOS de 04/08/2025 (ID 1938921), classificadas como prioritárias para o fortalecimento da atenção primária à saúde, em consonância com os objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde.

**2.1.1.** Já a demanda do DEMAC encontra-se prevista no Plano de Contratação anual PCA DFD - Formalização de Demanda DMAC de 27/01/2026 (ID 2374742) e DFD - Formalização de Demanda FRASCOS de 27/01/2026 (ID 2374764), o que demonstra o adequado planejamento institucional e a compatibilidade da contratação com as necessidades assistenciais previamente identificadas.

**2.1.2.** No que tange à recomendação de emissão de novas DFDs para o exercício de 2026, informa-se que a DFD nº 1635/2025 (ID 2469380), bem como as DFDs nº 1938920 e 1938921, embora emitidas no segundo semestre de 2025, permanecem com seu objeto e quantitativos plenamente vigentes e atuais.

**2.1.3.** Esclarece-se que tais demandas foram devidamente **migradas e consolidadas no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026** deste órgão, conforme autoriza o planejamento plurianual da SEMUSA. Portanto, ratifica-se a validade técnica e administrativa dos referidos documentos para instruir o presente certame, evitando-se a duplicidade de atos administrativos idênticos e garantindo a celeridade processual.

**2.2.** Os Documentos de Formalização de Demandas do Departamento de Atenção Básica (DAB) foram emitidos para registrar e formalizar a necessidade identificada, permitindo seu adequado planejamento e acompanhamento no âmbito do PCA, com vistas ao aprimoramento da organização, eficiência e transparência do processo de contratação.

**2.3.** Registra-se que a presente contratação está compatível com o planejamento do órgão demandante, observadas as demandas formalizadas nos DFDs mencionados e sua vinculação ao Plano de Contratações Anual (PCA), quando aplicável.

**2.4.** Tal previsão decorre do mapeamento das necessidades das unidades básicas de saúde, o qual identificou a carência de equipamentos para oferta de ozonioterapia. Prática reconhecida pelo Ministério da Saúde no âmbito da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos, com o objetivo de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, assegurando a qualidade, a segurança e a conformidade técnica dos bens a serem adquiridos:

### **3.2. Objeto da contratação**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de:

- 03 (três) Aparelhos Geradores de Ozônio Medicinal Digital (bancada);  
03 (três) Aparelhos Geradores de Ozônio Medicinal Portátil (Maleta contendo Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Válvula Reguladora e Cilindro de Oxigênio);
- 04 (quatro) frascos Erlenmeyer de 500 ml;
- 04 (quatro) filtros catalisadores.

**3.3.** Todos os aparelhos deverão apresentar boa qualidade e padrões condizentes com a legislação vigente (Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária), entre elas citamos como exigência básica o devido registro no órgão regulamentador (ANVISA). Além disso, a produção do gás de ozônio deve ser isentada de contato metálico durante a sua produção, garantindo maior pureza do gás. A peça principal responsável por esse processo, o reator, deve ser fabricada em vidro de quartzo, material que assegura estabilidade e durabilidade do equipamento.

**3.4.** A empresa que ofertar os aparelhos deverá apresentar, no mínimo: Atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência, com clara menção do aparelho e a execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

**3.5.** A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

### **3.6. Descrição Técnica mínima do Equipamento Gerador de Ozônio Medicinal Digital:**

- O aparelho gerador de gás ozônio medicinal digital é um equipamento eletroeletrônico que deve ser projetado, construído, calibrado e testado para converter uma parte do oxigênio (O<sub>2</sub>), injetado no seu reator em ozônio (O<sub>3</sub>), na proporção máxima de 5,0 % e deverá produzir (concentração de ozônio produzido): 2 µg/L a 70 µg/L.
- O aparelho gerador de gás ozônio medicinal deverá ter controle digital do fluxo do oxigênio (O<sub>2</sub>) e deve ter um sistema digital com interface de controle touch screen.
- O aparelho gerador de gás ozônio medicinal deverá ter local para a entrada do oxigênio (O<sub>2</sub>) e os acessórios necessários para a adequada regulação do fluxo de oxigênio (O<sub>2</sub>).
- O aparelho deverá ter 2 (duas) saídas de ozônio com conexão luer lock e slip (tipo de encaixe entre seringa e outros dispositivos). A sucção a vácuo deve ter conexão luer lock e slip.
- Outras características do aparelho que devem ser observadas e obrigatórias: a) Fonte de alimentação bivolt (100/240V); b) Digital, compacto e leve, com dimensões compactas (largura máxima: 30 cm, profundidade máxima: 20 cm, altura máxima: 25 cm), peso máximo: 4 kg e a estrutura deve ser leve, compacta e de fácil transporte.

#### **3.6.1. Justificativa Técnica das Especificações:**

- **Interface Touch Screen:** A exigência de comandos por tela sensível ao toque (*touch screen*) justifica-se pela necessidade de **asepsia e controle de infecção** no ambiente ambulatorial e hospitalar. Telas planas e seladas facilitam a desinfecção rápida e eficaz com álcool 70% ou germicidas, ao contrário de botões físicos, seletores analógicos ou fendas de ventilação comuns em aparelhos antigos, que acumulam resíduos biológicos, poeira e microrganismos, dificultando a limpeza rigorosa exigida em procedimentos de saúde.
- **Dimensões e Peso Máximo:** Os limites de tamanho e peso (máximo de 30 cm de largura e 4 kg para o digital; 45 cm e 9 kg para o portátil) são requisitos essenciais de **ergonomia e logística operacional**. Os profissionais de saúde da SEMUSA (médicos e enfermeiros) realizam o deslocamento constante desses aparelhos entre as salas do CER III e as diferentes Unidades Básicas de Saúde (UBS). Equipamentos que excedam essas dimensões comprometem a mobilidade, a segurança no

transporte manual e a integridade do equipamento em veículos de pequeno porte, além de ocuparem espaço excessivo nas bancadas já limitadas das salas de curativos.

- **Reator de Vidro de Quartzo:** Justifica-se pela garantia da **pureza do gás ozônio**. O quartzo é um material inerte que impede a oxidação e a liberação de resíduos metálicos durante a descarga elétrica (geração do ozônio), assegurando que o gás administrado ao paciente seja livre de contaminantes, conforme os padrões de segurança biológica.

### **3.7. Descrição Técnica mínima do Equipamento Gerador de Ozônio Medicinal Portátil:**

- O aparelho gerador de gás ozônio medicinal portátil é um equipamento eletroeletrônico que deve ser projetado, construído, calibrado e testado para converter uma parte do oxigênio (O<sub>2</sub>), injetado no seu reator em ozônio (O<sub>3</sub>), na proporção máxima de 5,0 %.  
O aparelho gerador de gás ozônio medicinal portátil deverá produzir (concentração de ozônio produzido nominal) de 0 mg/l a 60 mg/l.
- O aparelho gerador de gás ozônio medicinal portátil deverá ter local para a entrada do oxigênio (O<sub>2</sub>) e os acessórios necessários para a adequada regulação do fluxo de oxigênio (O<sub>2</sub>).

#### **3.7.1. Outras características do aparelho que devem ser observadas e obrigatórias:**

- a) Fonte de alimentação bivolt (100/240V);
- b) Portátil, compacto e leve, com dimensões compactas (largura máxima: 45 cm, profundidade máxima: 40 cm, altura máxima: 20 cm), peso máximo: 9 Kg e deve ser acondicionado em maleta para ser realizado o transporte do equipamento, incluindo espaço para o cilindro de oxigênio (O<sub>2</sub>), estrutura deve ser leve e compacta e de fácil transporte.

#### **3.7.2. Acessórios obrigatórios que devem ser fornecidos pela empresa contratada:**

- a) maleta para o adequado condicionamento do aparelho gerador de ozônio medicinal portátil;
- b) cilindro de oxigênio (O<sub>2</sub>) que possa ser acondicionado na maleta para facilitar o transporte do equipamento e do cilindro, vale ressaltar que o cilindro de oxigênio deve estar incluso no gerador portátil. E que o gerador de ozônio seja fixo (parafusado) dentro da maleta de transporte, para aumentar a segurança dos itens durante o transporte.

### **3.8. Garantia e Suporte Técnico:**

- a) Garantia técnica mínima de 12 meses do equipamento;
- b) Suporte técnico nacional;
- c) Treinamento básico à equipe (presencial ou remoto);
- d) Assistência técnica autorizada e peças de reposição disponíveis no Brasil.

### **3.9. Descrição resumida do aparelho a ser adquirido:**

- **Aparelho gerador de gás ozônio medicinal**
  - a) Deve ter registro na Anvisa.

- b) Gerador de gás ozônio medicinal DIGITAL com tela de comandos sensíveis ao toque touch screen. Deve ter indicador digital da concentração de ozônio: de 2µg/L a 70 µg/L.
- c) A produção de ozônio deve ser por descarga elétrica por dupla Barreira Dielétrica, a qual evita contato metálico do gás em sua formação.
- d) Deve ter a saída de gás ozônio medicinal em modo contínuo ou pulsado.
- e) Deve ter a possibilidade de o tempo de aplicação ser programável para aplicação contínua.
- f) Deve ter 02 conectores de saída em aço inoxidável e com conexão luer lock e slip. Deve ter as dimensões do equipamento de aproximadamente: (largura máxima: 30 cm, profundidade máxima: 20 cm, altura máxima: 25 cm), peso máximo: 8 Kg; e a estrutura deve ser leve e compacta e de fácil transporte.
- g) Tensão de Alimentação: 110 V ou 220 V.
- h) Frequência da Rede Elétrica: 60 Hz.
- i) Garantia técnica mínima.
- j) Suporte técnico e assistência técnica garantida.

- **Aparelho de Gerador de gás ozônio medicinal PORTÁTIL.**

- a) Aparelho deve ter registrado na Anvisa.
- b) O gás ozônio deve ser produzido por descarga Elétrica por dupla Barreira Dielétrica, o qual evita contato metálico do gás na formação de ozônio;
- c) Deve oferecer a possibilidade de ofertar a concentração de ozônio com mais de 40 valores, para diferentes fluxos de oxigênio (O<sub>2</sub>) de (1, 34=0,75, 12 =0,5 , 14=0,25, 1/8=0,125) L/min.
- d) Deve produzir (concentração de ozônio produzido nominal) de 0 mg/L a 60 mg/L.
- e) Deve ter as dimensões do equipamento de aproximadamente: (largura máxima: 45 cm, profundidade máxima: 40 cm, altura máxima: 18 cm), peso máximo: 8 Kg.
- f) Tensão de Alimentação: 110 V ou 220 V.
- g) Frequência da Rede Elétrica: 60 Hz; deve ser refrigerado por ar forçado.
- h) Deve ser acondicionado em maleta para o transporte do equipamento.
- i) Maleta deve também acondicionar o cilindro de oxigênio (O<sub>2</sub>).
- j) Garantia Técnica mínima.
- k) Suporte Técnico e assistência técnica garantida.

### **3.10. Possibilidade de Subcontratação**

**3.10.1.** Não será admitida a subcontratação total do objeto.

**3.10.2.** A subcontratação parcial poderá ser permitida apenas para serviços acessórios ou de apoio técnico, desde que previamente autorizada pela Administração e que não descaracterize o objeto principal da contratação.

**3.10.3.** Na hipótese de subcontratação parcial autorizada, a contratada permanecerá integralmente responsável pela qualidade, garantia, manutenção e assistência técnica dos equipamentos, bem como pelo cumprimento dos prazos e demais obrigações contratuais.

### **3.11. Prazo, Local e Condições de Entrega e Recebimento dos Produtos**

#### **3.11.1. Do Prazo**

- 3.11.1.1.** O prazo máximo para entrega dos equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento, conforme o que ocorrer primeiro.
- 3.11.1.2.** A remessa do pedido deverá ser iniciada apenas após o recebimento formal da Ordem de Fornecimento, observando as necessidades e cronogramas definidos pela Administração.
- 3.11.1.3.** O não cumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato.

**3.11.2. Do Local de Entrega**

- 3.11.2.1.** Os equipamentos e acessórios objeto desta contratação deverão ser entregues no Almoxarifado da Gerência Geral de Assistência Farmacêutica, situado na Rua Teresina, nº 497, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, CEP 76.908-326, no horário compreendido entre 07h30 e 13h30, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.
- 3.11.2.3.** Todas as despesas com frete, transporte, seguro e demais encargos decorrentes da entrega correrão por conta exclusiva da contratada.

**3.11.3. Do Recebimento e Condições da Entrega**

- 3.11.3.1.** O recebimento dos produtos será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), por meio de Comissão de Recebimento formalmente instituída por portaria do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, que terá autonomia e prerrogativas legais para executar as atividades de conferência e aceite dos materiais.
- 3.11.3.2.** Não será admitida, sob qualquer hipótese, a entrega de equipamentos usados, recondicionados ou que apresentem sinais de uso, sendo a Administração autorizada a recusar de imediato tais itens.
- 3.11.3.3.** Os produtos deverão estar em plena conformidade com as especificações técnicas. Qualquer divergência implicará na rejeição total ou parcial da entrega.
- 3.11.3.4.** Os bens deverão ser entregues novos, com validade e garantia integral do fabricante, e acompanhados de todos os manuais, certificados e documentos técnicos exigidos.
- 3.11.3.5.** Constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá providenciar a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação formal, sem qualquer ônus adicional à Administração.
- 3.11.3.8.** Todos os custos com transporte, embalagem, ensaios, testes, laudos e demais verificações necessárias para assegurar a conformidade técnica dos produtos serão de responsabilidade da contratada.

**4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES ACOMPANHADAS DA MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**4.1.** A presente contratação foi fundamentada na necessidade de estruturação e fortalecimento da capacidade técnico-operacional dos serviços de saúde, por meio da aquisição de equipamentos e acessórios essenciais ao uso terapêutico do ozônio medicinal, em ambientes hospitalares e/ou ambulatoriais.

**4.1.1. Bens permanentes DAB:**

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.
1	114082	115.001.004	GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	2	UN
2	114081	115.001.003	GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO GERADOR DE OZONIO	2	UN

			PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO		
--	--	--	---	--	--

#### 4.1.2. Materiais de consumo DAB:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.
1	114111	019.001.015	FILTRO CATALISADOR PARA GERADOR DE OZONIO Filtro Catalizador para Gerador de Ozonio	2	UN
2	114315	016.002.779	FRASCO ERLNMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO FLASCOERLENMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO	2	UN

#### 4.1.3. Bens permanentes DEMAC:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114082	115.001.004	GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	1	UN	R\$14.200,00	R\$14.200,00
2	114081	115.001.003	GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	1	UN	R\$ 8.560,00	R\$ 8.560,00

#### 4.1.4. Materiais de consumo DEMAC:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114111	019.001.015	FILTRO CATALISADOR PARA GERADOR DE OZÔNIO	2	UN	R\$ 225,00	R\$ 450,00
2	114315	016.002.779	FRASCO ERLNMEYER 500 ML PARA GERADOR DE OZÔNIO	2	UN	R\$ 470,00	R\$ 940,00

**4.1.5.** A distribuição dos equipamentos justifica-se pela estruturação da rede e pelo perfil epidemiológico atendido: o **DAB (Atenção Básica)** receberá 02 unidades (digitais e portáteis) devido à **maior intensidade e volume de demanda** por curativos especiais e tratamentos de feridas crônicas (como pé diabético e úlceras venosas) distribuídos em toda a malha urbana e rural, exigindo cobertura itinerante. Já o **DEMAC** receberá 01 unidade, garantindo o atendimento técnico de média e alta complexidade em ambiente de reabilitação

## 4.2. Fundamentação dos Valores Estimados

**4.2.1.** A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado formal realizada junto a fornecedor nacional especializado na fabricação de equipamentos geradores de ozônio medicinal, considerando a escassez de fabricantes no território nacional. Utilizou-se como parâmetro a Cotação nº 03 de 01/12/2025 (ID 2232858), devidamente anexada aos autos, observando-se as diretrizes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.1.1.** Ressalta-se que, diante da especificidade técnica do objeto e da reduzida oferta de fabricantes no mercado nacional, a pesquisa considerou os valores praticados pelo fornecedor habilitado e regular perante a ANVISA.



**4.2.2.** Importa destacar que os valores constantes nesta estimativa têm caráter meramente referencial, servindo como baliza para análise da vantajosidade das propostas. As futuras aquisições deverão observar rigorosamente os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à pesquisa de preços, justificativa do valor estimado, e adoção de práticas que garantam a seleção da proposta mais vantajosa, conforme diretrizes da Administração Pública.

**4.2.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Gerador de Ozônio de Bancada	03	UN	14.200,00	42.600,00
02	Gerador de Ozônio Portátil	03	UN	8.560,00	25.680,00
03	Filtro Catalisador	04	UN	225,00	900,00
04	Frasco Erlenmeyer 500 ml	04	UN	470,00	1.880,00
				<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>	<b>71.060,00</b>

**4.2.4.** A presente memória de cálculo foi elaborada com base nos quantitativos descritos na DFD - Formalização de Demanda DFD APARELHOS OZONIO de 04/08/2025 (ID 1938920), DFD - Formalização de Demanda DFD MATERIAL DE CONSUMO FRASCOS de 04/08/2025 (ID 1938921), DFD - Formalização de Demanda FRASCOS de 27/01/2026 (ID 2374764) e DFD - Formalização de Demanda DMAC de 27/01/2026 (ID 2374742).

**4.3.** Aplicando-se os valores obtidos nas cotações para cada item conforme Cotação 03 de 01/12/2025 (ID 2232858), informando que esta foi a única cotação nacional recebida, em razão da escassez de fabricantes. Tal procedimento visa garantir a transparência, a rastreabilidade e a justificativa técnica da estimativa.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

**5.1.** O levantamento de mercado realizado para a contratação de geradores de gás ozônio medicinal, tanto na versão digital quanto portátil, considerou:

- Pesquisas junto a órgãos e entidades públicas que realizaram aquisições semelhantes;
- Orçamentos obtidos diretamente com empresas do setor industrial especializado;
- Análise da oferta atual no mercado nacional, com foco em equipamentos com registro na ANVISA e assistência técnica disponível no Brasil.

**5.1.2.** Esse diagnóstico revelou que há poucas empresas fabricantes de geradores de ozônio medicinal no país, o que reduz significativamente as alternativas disponíveis no mercado industrial brasileiro. Por essa razão, optou-se por restringir a contratação a equipamentos de fabricação nacional, garantindo maior viabilidade de assistência técnica, manutenção, fornecimento de peças de reposição e suporte pós-venda, aspectos fundamentais para o bom funcionamento e continuidade dos serviços de saúde.

**5.2. Aquisição x Locação**

Durante o estudo técnico, foram avaliadas duas alternativas de solução:

- Locação dos equipamentos  
Embora a locação possa representar um menor custo inicial, observou-se que, no caso específico dos geradores de ozônio medicinal, essa alternativa implicaria em despesas recorrentes com pagamentos mensais, dependência do fornecedor para manutenção e eventual substituição de peças.

Considerando que o valor estimado de cada equipamento é inferior a R\$ 25.000,00, a locação deixaria de ser vantajosa no médio e longo prazo.

- **Aquisição dos equipamentos**

A aquisição mostrou-se a opção mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico. Trata-se de um equipamento de baixo custo unitário, com vida útil compatível com o uso contínuo em ambiente hospitalar/ambulatorial e que, uma vez incorporado ao patrimônio público, elimina custos recorrentes e limitações contratuais impostas por locações. Além disso, a posse direta do bem proporciona autonomia operacional e facilita o planejamento orçamentário de longo prazo.

### 5.3. Conclusão da Análise

**5.3.1.** A aquisição de **03 (três)** geradores de ozônio medicinal digital, **03 (três)** geradores de ozônio medicinal portátil, **04 (quatro)** frascos Erlenmeyer de 500 ml e **04 (quatro)** filtros catalisadores representa a solução mais adequada à Administração;

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** A presente contratação visa à aquisição de 03 (três) geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) geradores de gás ozônio medicinal portátil, com respectivos acessórios, destinados à implantação e estruturação do Centro de Tratamento de Feridas no município de Ji-Paraná. A unidade terá como objetivo principal qualificar o cuidado aos pacientes com lesões cutâneas agudas e crônicas, com destaque para o uso da ozonioterapia como prática integrativa e complementar reconhecida e regulamentada no Brasil.

**6.2.** A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base nos seguintes referenciais técnicos e documentais:

- DFD - Formalização de Demanda DFD APARELHOS OZONIO de 04/08/2025 (ID 1938920)
- DFD - Formalização de Demanda DFD MATERIAL DE CONSUMO FRASCOS de 04/08/2025 (ID 1938921)
- DFD - Formalização de Demanda DMAC de 27/01/2026 (ID 2374742)
- DFD - Formalização de Demanda FRASCOS de 27/01/2026 (ID 2374764)
- Cotação 03 de 01/12/2025 (ID 2232858), que consolida os preços médios de mercado junto a fornecedores especializados.

**6.3.** A estimativa de valor da contratação também se deu a partir de pesquisas de preços junto a um fornecedor nacional, considerando os valores praticados no mercado. O processo observou os critérios legais e técnicos da Lei Federal nº 14.648/2023, que autoriza o uso da ozonioterapia, e o registro compulsório dos equipamentos na ANVISA como dispositivos médico-hospitalares.

Art. 1º Fica autorizada a realização da ozonioterapia como procedimento de caráter complementar, observadas as seguintes condições:

I - a ozonioterapia somente poderá ser realizada por profissional de saúde de nível superior inscrito em seu conselho de fiscalização profissional;

II - a ozonioterapia somente poderá ser aplicada por meio de equipamento de produção de ozônio medicinal devidamente regularizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou órgão que a substitua;

III - o profissional responsável pela aplicação da ozonioterapia deverá informar ao paciente que o procedimento possui caráter complementar.

**6.4.** Os preços obtidos refletem o custo atual de mercado, levando em consideração a baixa quantidade de fabricantes disponíveis no Brasil, bem como a exigência de que os equipamentos sejam de fabricação nacional, para garantir viabilidade de manutenção e suporte técnico contínuo.

**6.5.** Ressalta-se que a estimativa aqui apresentada tem caráter preliminar e orientador, devendo ser complementada por pesquisa de preços formal a ser conduzida pela Coordenadoria de Gestão de Processos (CGP), nos termos do Despacho nº 245/PGM/PMJP/2025".

6.6. Bens permanentes DAB:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114082	115.001.004	GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	2	UN	R\$14.200,00	R\$28.400,00
2	114081	115.001.003	GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	2	UN	R\$ 8.560,00	R\$17.120,00

6.6.1. Materiais de consumo DAB:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114111	019.001.015	FILTRO CATALISADOR PARA GERADOR DE OZONIO Filtro Catalizador para Gerador de Ozonio	2	UN	R\$225,00	R\$450,00
2	114315	016.002.779	FRASCO ERLNMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO FLASCOERLENMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZONIO	2	UN	R\$470,00	R\$940,00

6.6.2. Bens permanentes DEMAC:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114082	115.001.004	GERADOR DE OZONIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	1	UN	R\$14.200,00	R\$14.200,00
2	114081	115.001.003	GERADOR DE OZONIO PORTATIL COM CILINDRO DE OXIGENIO INCORPORADO	1	UN	R\$ 8.560,00	R\$ 8.560,00

6.6.3. Materiais de consumo DEMAC:

ITEM	PROD.	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	114111	019.001.015	FILTRO CATALISADOR PARA GERADOR DE OZÔNIO	2	UN	R\$ 225,00	R\$ 450,00
2	114315	016.002.779	FRASCO ERLNMEYER 500 ML PARA GERADOR DE OZÔNIO	2	UN	R\$ 470,00	R\$ 940,00

6.7. O valor total estimado da contratação é de R\$ 71.060,00 (setenta e um mil e sessenta reais).

6.8. A composição do valor total estimado considera os seguintes elementos:

- I Aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de ozônio medicinal digital;
- II Aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de ozônio medicinal portátil;
- III Aquisição de 04 (quatro) filtros catalisadores;
- IV Aquisição de 04 (quatro) frascos Erlenmeyer de 500 ml.

**6.8.1.** Os valores unitários foram obtidos por meio de pesquisa de mercado formal, conforme Cotação nº 03 de 01/12/2025 (ID 2232858), considerando as especificações técnicas exigidas, a regularização dos equipamentos perante a ANVISA e a limitada quantidade de fabricantes nacionais.

**6.8.2.** O somatório desses elementos perfaz o valor total estimado de R\$ 71.060,00 (setenta e um mil e sessenta reais).

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** A solução proposta visa viabilizar a implantação e o fortalecimento da ozonioterapia no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, notadamente no Centro de Tratamento de Feridas vinculado ao Departamento de Atenção Básica (DAB), e ao Departamento de Alta e Médica Complexidade (DEMAC), como estratégia terapêutica complementar e integrativa no cuidado de pacientes com condições clínicas de difícil manejo.

**7.2.** A aquisição dos equipamentos tem como finalidade atender à crescente demanda por terapias menos invasivas, mais eficazes e de menor custo, garantindo padronização, segurança e qualidade nos atendimentos realizados por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), conforme previsto na Portaria GM/MS nº 702/2018, e respaldada pela Lei Federal nº 14.648/2023, que regulamenta o uso da ozonioterapia no território nacional.

**7.3.** Cada modelo de equipamento apresenta características específicas que, em conjunto, ampliam o escopo de atuação terapêutica:

- **Equipamento Digital:** indicado para uso em clínicas e unidades fixas, com interface touch screen e controle digital da concentração de ozônio (2 µg/L a 70 µg/L), além de estrutura leve, bivolt, e com conectores luer lock e slip, ideal para aplicações clínicas mais controladas.
- **Equipamento Portátil:** projetado para uso móvel em diferentes ambientes assistenciais, conta com maleta de transporte, espaço para cilindro de oxigênio e gerador fixo no interior da maleta, oferecendo praticidade e segurança para atendimentos domiciliares ou em unidades descentralizadas.

**7.4.** Ambos os equipamentos deverão possuir reatores em vidro de quartzo, evitando o contato do gás com superfícies metálicas, o que assegura maior pureza na produção do ozônio. A produção deve ocorrer por descarga elétrica por dupla Barreira Dielétrica, tecnologia que garante a estabilidade do equipamento e a eficácia da terapia.

**7.5.** Como se trata de um tratamento inovador e recentemente incorporado à área municipal, não há histórico de outras aquisições, desse tipo de equipamento.

**7.6.** Mesmo se tratando de aparelhos novos, estes são de pequeno porte, acomodando-se perfeitamente nos locais onde os atendimentos já estão sendo realizados, não havendo necessidade de ampliação ou reforma nos espaços onde ficaram.

**7.7.** Nossa equipe já trabalha com o tratamento, conforme indica a Cotação de termo de comodato de 01/12/2025 (ID 2234281) dispomos de profissionais capacitados para operar as máquinas, não sendo necessária a contratação de novos servidores neste momento. Caso haja necessidade futura, será solicitado

o devido treinamento para servidores, o qual deverá estar especificado em contrato ou documento equivalente, conforme item 7.10. alínea "d", deste ETP.

**7.8.** Contamos com uma equipe de médicos e enfermeiros, devidamente capacitada, que opera os aparelhos das UBS conforme a agenda e a demanda das unidades de saúde de Ji-Paraná.

**7.9.** As máquinas ficam alocadas na UBS específica designada para o atendimento semanal, podendo ser deslocadas, caso necessário, devido à facilidade de transporte.

#### **7.10. Manutenção e Assistência Técnica**

Para garantir a continuidade do uso e a integridade funcional dos equipamentos ao longo do tempo, a solução contempla exigências obrigatórias de manutenção e suporte técnico, conforme a seguir:

- a. **Garantia Técnica Mínima de 12 Meses:** Todos os equipamentos deverão ser entregues com garantia de fábrica de no mínimo um ano, abrangendo defeitos de fabricação, falhas operacionais e cobertura de eventuais reparos durante o período de garantia.
- b. **Assistência Técnica Nacional:** A empresa fornecedora deverá garantir a existência de assistência técnica autorizada em território nacional, com estrutura física e técnica capacitada para realizar tanto manutenções preventivas (como calibração periódica) quanto manutenções corretivas, conforme necessidade.
- c. **Localização da Assistência Técnica:** A contratada deverá informar previamente o endereço, telefone e contato direto da assistência técnica, assegurando fácil acesso em caso de necessidade de reparos ou manutenções.
- d. **Treinamento da Equipe Técnica da Secretaria de Saúde:** Deverá ser ofertado, sem custos adicionais, um treinamento básico (presencial ou remoto) à equipe de saúde responsável pelo manuseio dos equipamentos, incluindo orientações sobre operação segura, protocolos de aplicação e cuidados com o manuseio.
- e. **Disponibilidade de Peças de Reposição:** A contratada deverá garantir o fornecimento de peças originais de reposição no Brasil por período mínimo compatível com a vida útil do equipamento, permitindo a continuidade do uso sem interrupções prolongadas.
- f. **Documentação Técnica:** O fornecedor deverá entregar junto aos equipamentos os respectivos manuais técnicos, certificados de calibração, instruções de uso e certificados de garantia, conforme exigências da ANVISA e boas práticas de fornecimento de equipamentos médico-hospitalares.

**7.11.** A solução proposta busca assegurar não apenas a aquisição de equipamentos modernos, eficazes e adequados ao contexto assistencial, mas também a sustentabilidade técnica e operacional de seu uso, com suporte contínuo e estrutura de manutenção compatível com os padrões exigidos pela Administração Pública. Isso garante que a terapia com ozônio possa ser implementada de forma segura, eficiente e duradoura, gerando impactos positivos nos indicadores de saúde, especialmente no tratamento de feridas crônicas, controle de infecções e melhoria da qualidade de vida da população atendida.

### **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá promover o parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

**8.2.** No presente caso, os itens que compõem a contratação geradores de ozônio medicinal digital, geradores de ozônio medicinal portátil, filtros catalisadores e frascos Erlenmeyer possuem autonomia

funcional e podem ser fornecidos por diferentes empresas especializadas, sem prejuízo da padronização técnica necessária ao atendimento da finalidade assistencial.

**8.3.** O parcelamento por itens mostra-se técnica e economicamente viável, permitindo maior participação de fornecedores no certame, ampliação da competitividade e potencial redução de preços, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

**8.4.** Dessa forma, a contratação será realizada com critério de julgamento por item, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando coerência entre o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**9.1.** A contratação será realizada pelo **critério de menor preço**, garantindo a qualidade e as exigências técnicas descritas, assegurando, assim, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

**9.2.** A adoção desses equipamentos permitirá o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, com os seguintes resultados pretendidos:

- **Melhoria na qualidade de vida dos pacientes**, com redução da dor crônica em casos de artrose, lombalgia, fibromialgia e outras síndromes dolorosas;
- **Diminuição do uso de medicamentos convencionais**, especialmente anti-inflamatórios, analgésicos e antibióticos, reduzindo efeitos colaterais e os custos associados à medicação;
- **Promoção de uma abordagem menos invasiva**, mais natural e centrada na autorregulação do organismo;
- **Aceleração na cicatrização de feridas e lesões crônicas**, como úlceras diabéticas, escaras e lesões vasculares, com melhora da oxigenação tecidual, controle de infecções e estímulo à regeneração celular;
- **Apoio terapêutico no tratamento de doenças infecciosas e inflamatórias**, com ação antimicrobiana e imunomoduladora;
- **Utilização como tratamento adjuvante** em casos de infecções recorrentes, herpes, infecções odontológicas, entre outros;
- **Melhora de condições dermatológicas**, como acne, psoríase e dermatites, por meio de ação antioxidante e regeneradora sobre o tecido epitelial;
- **Suporte terapêutico em saúde bucal**, especialmente em casos de gengivite, periodontite e dor orofacial, com redução da carga bacteriana e da necessidade de antibióticos;
- **Complemento no cuidado a pacientes com doenças crônicas**, como *diabetes mellitus*, hipertensão, neuropatias e doenças vasculares, promovendo melhora da circulação periférica e alívio dos sintomas;
- **Valorização e fortalecimento das PICS no SUS**, contribuindo para a consolidação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com respeito à autonomia do paciente e humanização do cuidado;
- **Redução de custos com tratamentos farmacológicos e internações prolongadas**, promovendo uma alternativa terapêutica de baixo custo operacional e alta segurança, quando aplicada por profissionais habilitados.

**9.3.** A utilização dos aparelhos contribuirá para otimizar o trabalho das equipes multiprofissionais, permitindo maior agilidade no atendimento, especialmente com os modelos portáteis, além de expandir o

acesso às práticas integrativas em diferentes contextos de atenção à saúde.

**9.4.** A avaliação dos resultados será realizada por meio de indicadores clínicos, nível de satisfação dos pacientes e monitoramento contínuo das práticas realizadas, com o registro das intervenções no sistema e-SUS AB (fichas de práticas integrativas) ou outro sistema informatizado compatível.

### **9.5. Sustentabilidade e impacto de longo prazo**

A solução proposta promove um modelo de cuidado mais sustentável, humanizado e resolutivo, com impactos positivos na saúde da população e na eficiência da gestão pública. A longo prazo, a adoção da ozonioterapia permitirá uma redução significativa dos custos diretos e indiretos com tratamentos de média e alta complexidade.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: CAPACITAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Para garantir a correta execução contratual, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a plena funcionalidade dos equipamentos a serem adquiridos, a Administração Pública adotará as seguintes providências previamente à celebração do contrato:

### **10.2. Indicação e Capacitação de Fiscais e Gestores do Contrato:**

**10.2.1.** Antes da assinatura do contrato, a Administração indicará formalmente os servidores responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e financeira do contrato, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.2.** Os servidores designados serão devidamente instruídos quanto às suas atribuições legais no âmbito da gestão contratual, com ênfase nos procedimentos de recebimento e conferência técnica dos equipamentos, controle de garantias e verificação da conformidade dos serviços de suporte e assistência técnica.

**10.2.3.** A fiscalização abrangerá a verificação da entrega física dos bens, a conferência da documentação exigida (nota fiscal, termo de garantia, manual técnico, entre outros), bem como o devido preenchimento dos registros obrigatórios no sistema informatizado de gestão de contratos.

**10.3.** A Administração providenciará à equipe fiscalizadora a infraestrutura necessária para o desempenho de suas funções, incluindo ambiente adequado para inspeção e armazenamento inicial dos equipamentos, acesso aos sistemas de informação e disponibilização de instrumentos e formulários padronizados, conforme regulamentação interna.

### **10.4. Protocolo de Treinamento Operacional**

**10.4.1.** Será exigido, como condição contratual, que a empresa fornecedora realize treinamento básico (presencial ou remoto) aos profissionais de saúde que farão uso dos equipamentos, caso necessário o uso do treinamento os departamentos demandantes irão entrar em contato com a empresa vencedora, solicitando o feito, isso garante:

- Conhecimento adequado da funcionalidade e operação segura dos aparelhos;
- Capacitação mínima para identificar eventuais falhas e acionar o suporte técnico corretamente;
- Orientações sobre cuidados de manutenção preventiva, limpeza e conservação.

### **10.5. Verificação de Documentos Regulatórios**

**10.5.1.** Antes da formalização do contrato, a Administração verificará:



- Se os equipamentos possuem registro válido na ANVISA, como exigido para equipamentos médico-hospitalares;
- Se a empresa fornecedora possui Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) válida e compatível com a atividade;
- Se há documentação que comprove a existência de assistência técnica autorizada no território nacional.

**10.6.** Essas providências visam garantir a regularidade, eficiência e rastreabilidade da contratação, bem como assegurar que os recursos públicos sejam utilizados com responsabilidade, promovendo a correta entrega e uso dos bens adquiridos, e protegendo o interesse público.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**11.1.** Existe um processo de contratação de insumos nº14288/2025, dependente para a viabilidade e contratação da presente demanda para aquisição do aparelho gerador de gás ozônio medicinal digital.

**11.2.** O processo se encontra em fase estrutural.

**11.3.** É importante observar nesse aspecto que para o funcionamento do equipamento será necessário 01 (um) insumo básico: oxigênio medicinal (O2) fornecido através de cilindro de oxigênio, ou seja, a recarga do cilindro de oxigênio medicinal para a alimentação do aparelho, além dos insumos básicos já utilizados de forma cotidiana no ambiente hospitalar/ambulatorial, por isso um processo se faz necessário os itens descritos no processo nº14288/2025.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**12.1.** A aquisição e utilização dos aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e portátil apresentam baixo impacto ambiental por se tratarem de equipamentos eletromédicos de pequeno porte, com operação baseada em geração controlada de gás ozônio (O3) a partir de oxigênio medicinal (O2), sem emissão de resíduos sólidos ou líquidos diretamente no meio ambiente durante o uso clínico.

No entanto, alguns aspectos ambientais devem ser considerados, assim como as medidas mitigadoras cabíveis:

### **12.2. Consumo de energia elétrica**

- Os equipamentos requerem energia elétrica para funcionamento, sendo alimentados por fonte bivolt (100-240V), com baixo consumo energético em função do seu porte compacto e operação intermitente (por sessões de atendimento).
- **Medida mitigadora:** Priorizar a aquisição de modelos com certificação de eficiência energética e utilização consciente por parte das equipes técnicas, evitando o funcionamento desnecessário.

### **12.3. Emissão de ozônio (O3)**

- A produção de ozônio ocorre de forma controlada, em dosagens terapêuticas seguras e com baixíssimo risco de emissão ambiental significativa.
- **Medida mitigadora:** Garantir que os equipamentos possuam controle preciso de concentração, válvulas e conectores adequados para evitar vazamentos, além de capacitação dos profissionais quanto ao uso seguro do ozônio.

### **12.4. Recarga de cilindros de oxigênio**

- O uso de oxigênio medicinal exige o transporte e a recarga de cilindros pressurizados, que por sua vez, devem ser manuseados com segurança.
- **Medida mitigadora:** A recarga e o descarte de cilindros vazios deverão seguir os protocolos sanitários e ambientais vigentes, sendo responsabilidade de fornecedores certificados e autorizados.

#### 12.5. Logística reversa e descarte ao fim da vida útil

- Ao final da vida útil dos equipamentos ou em caso de substituição por obsolescência, deve ser adotada a logística reversa, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- **Medidas mitigadoras e requisitos:**
  - A empresa fornecedora deverá assegurar, no contrato, o compromisso com a retirada e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos descartados;
  - Os equipamentos deverão ser entregues livres de materiais tóxicos e com possibilidade de reciclagem ou reaproveitamento parcial (componentes eletrônicos, carcaça, conexões);
  - É recomendável que a contratação exija do fornecedor certificação de destinação final ambientalmente adequada, especialmente no caso de substituição futura dos bens.

#### 12.6. Embalagens e resíduos operacionais

- Os materiais de embalagem dos equipamentos (plásticos, isopores, caixas de papelão, etc.) devem ser descartados de forma responsável.
- **Medida mitigadora:** As unidades de saúde deverão realizar a separação e descarte seletivo das embalagens, priorizando a reciclagem conforme o plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos.

### 13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

**13.1.** Conclui-se que a contratação para aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital, 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora e Cilindro de Oxigênio), 04 (quatro) frascos Erlenmeyer de 500 ml e 04 (quatro) filtros catalisadores é adequada e necessária para atender às demandas clínicas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no Centro de Tratamento de Feridas.

**13.2.** A aquisição está alinhada com as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), apresenta viabilidade técnica, econômica e regulatória, além de baixo impacto ambiental.

**13.3.** Trata-se de uma solução eficaz, segura e de baixo custo, com potencial para reduzir internações, amputações e uso de medicamentos, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e qualificação da assistência em saúde. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo de contratação.

**XIV - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO À EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

14.1. Definição da Modalidade e Sistema de Registro:

14.1.1. A contratação será viabilizada por meio de **Pregão Eletrônico**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Tal escolha justifica-se pela natureza comum do objeto e pela conveniência de entregas parceladas, conforme a demanda das unidades de saúde (DAB e DEMAC) ao longo do exercício de 2026.

14.1.2. **Declaração de Inexistência de Atas Vigentes:** Em estrito cumprimento ao inciso XIV, § 1º, art. 7º do Decreto Municipal nº 1.384/2024, informa-se que foi realizada pesquisa junto ao banco de dados de licitações e contratos do Município de Ji-Paraná, não sendo constatada a existência de Atas de Registro de Preços vigentes que contemplem o objeto desta contratação, **conforme comprova o relatório de pesquisa/print encontrado no site do Portal da Transparência:** <https://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/transparencia>

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' of the Municipality of Ji-Paraná. The search results for 'Ozonioterapia' are displayed, showing a table with columns: Modalidade, UG, Número, Abertura, Processo, Situação, and Objeto. The table is currently empty, with a message stating 'Não há registros até a data de 25/03/2026'. The interface includes filters for Modality, License Number, Status, Public Call, and Carona, as well as a search bar and a 'Consultar' button.

14.2. Dessa forma, resta demonstrada a necessidade de abertura de novo certame licitatório para garantir o suprimento das demandas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde.

XV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Declaramos, considerando todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que a contratação:

15.1.1. A aquisição de **aparelhos geradores de ozônio e respectivos insumos**, via Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, demonstra-se **técnica e economicamente viável**. A solução escolhida garante o melhor aproveitamento dos recursos públicos, assegura a assistência técnica necessária e promove a eficiência na implantação da Ozonioterapia na rede municipal de saúde de Ji-Paraná, em estrita observância ao interesse público.

XVI - APROVAÇÃO


16.1. O **ORDENADOR DE DESPESAS SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Cristiano Ramos Pereira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o **Art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, resolve **APROVAR** o presente Estudo Técnico Preliminar.

16.1.1. A aprovação fundamenta-se na demonstração da necessidade pública para a estruturação do Centro de Tratamento de Feridas, mediante a aquisição de equipamentos de tecnologia avançada e materiais de

consumo compatíveis, visando o fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e a qualificação do atendimento aos usuários do SUS no município de Ji-Paraná.


Da data da assinatura eletrônica.

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)




SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica**, em 25/03/2026 às 11:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).




SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE**, em 25/03/2026 às 13:13, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 25/03/2026 às 13:55, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2548779** e o código verificador **3E2D5FAC**.

Referência: [Processo nº 1-7507/2025](#). Docto ID: 2548779 v1

**ANEXO II**

**CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 7507/2025 – SEMUSA**

**OBJETO:** Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal digital e 03 (três) aparelhos geradores de gás ozônio medicinal portátil (compostos por: Aparelho Gerador de Ozônio sem Vácuo, Case Maleta, Válvula Reguladora, Cilindro de Oxigenio), 04 (quatro) frascos Erlenmeyer e 04 (quatro) filtros catalisadores, a fim de atender à crescente demanda por tratamentos complementares e integrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Departamento de Atenção Básica (DAB) e do Departamento de Alta e Média Complexidade (DMAC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º .....

Cargo/Função:

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.º .....

Banco .....

À

**Superintendência de Compras e Licitações**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	GERADOR DE OZÔNIO DE BANCADA COM CILINDRO DE OXIGÊNIO INCORPORADO GERADOR DE OZÔNIO DE	UND	3	11.445,00	34.335,00

	BANCADA COM CILINDRO DE OXIGÊNIO INCORPORADO				
2	GERADOR DE OZÔNIO PORTÁTIL COM CILINDRO DE OXIGÊNIO INCORPORADO GERADOR DE OZÔNIO PORTÁTIL COM CILINDRO DE OXIGÊNIO INCORPORADO	UND	3	7.475,00	22.425,00
3	FILTRO CATALIZADOR PARA GERADOR DE OZÔNIO - TIPO: FILTRO CATALISADOR/DESTRUIDOR DE OZÔNIO; APLICACAO: GERADOR DE OZÔNIO; FUNCAO: DECOMPOSICAO OU NEUTRALIZACAO DO OZÔNIO RESIDUAL; COMPATIVEL COM MANGUEIRA DE SILICONE UTILIZADA EM EQUIPAMENTOS GERADORES DE OZÔNIO; INSTALACAO EM LINHA, NA EXTREMIDADE DA MANGUEIRA DE SAIDA; POSSIBILIDADE DE INSTALACAO EM QUALQUER ORIENTACAO, DE SDE QUE RESPEITADO O FLUXO ADEQUADO DO GAS; UMA DAS EXTREMIDADES DEVERA PERMANECER LIVRE PARA SAIDA SEGURA A ATMOSFERA; PRODUTO NOVO, SEM USO, EM EMBALAGEM ORIGINAL OU ADEQUADA A SUA PROTECAO; DEVERA ACOMPANHAR EVENTUAIS INSTRUcoes DE INSTALACAO E USO, QUANDO APLICAVEL.	UND	4	172,00	688,00
4	FLASCO ERLLENMAEIER 500 ML PARA GERADOR DE OZÔNIO. Frasco tipo Erlenmeyer, com capacidade de 500 ml, destinado à utilização em laboratório e/ou em equipamento gerador de ozônio, fabricado em vidro borossilicato 3.3 ou material equivalente de alta resistência química e térmica. O frasco deverá possuir formato cônico, base plana e gargalo estreito, permitindo maior estabilidade durante o uso, redução de respingos em processos de agitação, mistura ou passagem de gás, bem como compatibilidade com sistemas de vedação, conexões ou acessórios utilizados em equipamentos geradores de ozônio.	UND	4	530,00	2.120,00
<b>Total Estimado para todos os itens.....</b> (Cinquenta e nove mil e quinhentos e sessenta e oito reais)					<b>59.568,00</b>

• Os itens do presente certame são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.

• Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT, prevalecerão às do **ANEXO II deste Edital**.

• Os licitantes, no que couber, devem apresentar **CATÁLOGO DOS PRODUTOS OFERTADOS** para adequada análise técnica do setor requisitante.

• Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **MARCA/MODELO/FABRICAÇÃO**.

**Local/ Entrega/Pagamento:** Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

-----  
**DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA**

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx **DECLARA** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal



## ANEXO III

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempendedor Individual – **MEI**
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

#### 2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

**3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.

3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

**3.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para

cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **ateste o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**4.1. Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**4.2.** A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

**4.3.** O (s) atestado (s)/certidões **deverão estar necessariamente** em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**4.4. A licitante vencedora deverá comprovar experiência prévia de fornecimento de equipamentos hospitalares ou de bens similares, por meio de atestados ou declarações emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, com quantidades, natureza e prazos semelhantes ao objeto licitado.**

**4.5. Para os equipamentos que exigem condições especiais, deverá comprovar estrutura física: instalações de armazenagem compatíveis com normas sanitárias e de boas práticas (ANVISA), inclusive para equipamentos que exigem controle de temperatura ou condições especiais.**

**4.6. Na Logística de distribuição: deverá ter a comprovação de frota ou contrato de transporte que atenda padrões legais de transporte de equipamentos, quando aplicável.**

**4.7. Apresentação de ficha técnica, catálogo ou especificações dos produtos ofertados (com registro ANVISA, rótulo, bulas, etc.).**

**4.8. Homologação de amostras, prova de conceito ou demonstração de conformidade de lotes (testes), especialmente para equipamentos de uso hospitalar menos comuns ou de alto risco.**

**4.9. Registro sanitário válido** Todos os equipamentos ofertados devem possuir registro sanitário ou regularização junto à ANVISA em vigor na data da entrega.

**4.10.** O fornecedor deverá entregar junto aos equipamentos os respectivos manuais técnicos, certificados de calibração, instruções de uso e certificados de garantia, conforme exigências da ANVISA e boas práticas de fornecimento de equipamentos médico-hospitalares.

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**5.1. DECLARAÇÃO** subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo III – A, elaborada em papel timbrado da empresa licitante.

### ANEXO III – A

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)
- h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) **No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**

- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.**

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Processo Administrativo nº .....**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<i>ITEM</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDAD E DE MEDIDA</i>	<i>QUANTIDA DE</i>	<i>VALOR UNITÁRI O</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
<i>1</i>					
<i>2</i>					
<i>3</i>					
<i>...</i>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

1.5. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

1.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

1.8. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

1.9. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ..... (*conforme índice indicado no Termo de Referência*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

1.16. São obrigações do Contratante:



- 1.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.18. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.19. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.20. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.21. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.22. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.23. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.24. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.25. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.26. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.27. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.28. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 1.29. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.30. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.32. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.33. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.34. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.35. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 1.37. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.38. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.39. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.40. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 1.46. Não haverá exigência de garantias contratuais **ou** a exigência de garantia contratual da execução será a ..... (conforme descrito no Termo de Referência)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 1.47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**IV. Multa:**

1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.49.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.49.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 1.49.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.49.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.50. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.51. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.52. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 1.53. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.54. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.56. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

1.57. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.58. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.58.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.59. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.59.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.59.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.59.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.60. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1.60.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.60.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.60.3. Indenizações e multas.

1.61. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

1.63. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.63.1. Fonte de Recursos:

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

1.64. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

1.65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.68. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

1.69. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

1.70. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

*Prefeito do Município de Ji-Paraná*

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos \_\_(\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e \_\_, às \_\_ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n° ...../202...., publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>CNPJ n</b> <b>Empresa:</b>						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Fornecimento	Quantidade e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Valor Total do Fornecedor
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo / Versão:</b> <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b>						
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo / Versão:</b> <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b>						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão).....

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....** e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)*

**ANEXO V - A**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total